

Indústria e atraso económico em Portugal (1800-25). Uma perspectiva estrutural**

I

Que a economia portuguesa, quando confrontada com as dos países mais industrializados, é uma economia atrasada, eis uma realidade que ninguém se atreve a contestar. Este retardamento e a relativa pobreza que o acompanha surgem mesmo, em discursos das mais variadas naturezas, como um dos maiores desafios com que os Portugueses, colectivamente, enquanto nação, estão confrontados.

Situação que não é apenas de hoje, esta: há muito se apagaram já as luzes da epopeia dos Descobrimentos. O seu enraizamento e as dificuldades em vencê-la são testemunhados, em tempos diversos e de diferentes maneiras, por vezes dramaticamente, pelos depoimentos de alguns dos mais lúcidos pensadores das coisas portuguesas. Acúrsio das Neves, por exemplo, escrevendo em 1820, pronunciava-se já acerca do «atraso na situação relativa em que nos achamos para com as outras nações industriosas»¹. Outros hão-de acompanhá-lo nestas reflexões, consolidando uma tomada de consciência que é, assim, quase tão antiga como o próprio problema.

A evidência deste atraso socioeconómico não tem dado, contudo, lugar a um esforço sério e continuado no sentido da compreensão dos seus mecanismos e das suas circunstâncias. Depois de obras que rasgaram perspectivas e abriram vias de investigação² preferiram-se sínteses mais ou menos precipitadas que procuravam, à partida, construir da sociedade portuguesa a contra-imagem das sociedades que conseguiram iniciar com êxito a marcha do crescimento económico.

O procedimento da comparação e o conhecimento das transformações por que passaram outros países são essenciais. Devem guiar, iluminar os nossos estudos: ninguém ousará afirmar que a industrialização das potên-

* Departamento de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

** Este artigo constitui a versão abreviada, dando particular ênfase à análise das flutuações conjunturais, do trabalho com o mesmo nome apresentado como dissertação de mestrado em Sociologia e Economia Históricas e defendido em 24 de Abril de 1987. Este estudo será oportunamente publicado sob o título *Memória do Atraso. A Industrialização Bloqueada. Portugal (1800-1825)*.

¹ José Acúrsio das Neves, *Memoria sobre os Meios de Melhorar a Industria Portuguesa Considerada nos Seus Diferentes Ramos*, Lisboa, 1820, p. 48.

² Vitorino Magalhães Godinho, *Prix et Monnaies au Portugal. 1750-1850*, Paris, 1955, e *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, 2.ª ed., 1975; Jorge Borges de Macedo, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa, 1963.

cias europeias deixou Portugal incólume. Mas não pode ceder-se à tentação de raciocinar em termos finalistas, inferindo, de forma falaciosa e simplificada, a partir dos resultados antecipadamente conhecidos, as condições favoráveis ao desenvolvimento económico. Deste modo, acabaríamos sempre por retratar a economia portuguesa como o negativo daquelas que se industrializaram. Trabalhos recentes têm sublinhado, aliás, os insolúveis equívocos que assim se geram e têm também chamado a atenção para a multiplicidade dos caminhos da mudança³.

Os bloqueamentos da sociedade portuguesa têm, por isso, de ser considerados no emaranhado de raízes de que brotam e na densidade, na profunda espessura temporal que os suporta. Problema histórico na sua essência, o atraso, para ser interpretado, exige o conhecimento profundo das realidades e dos seus trajectos⁴, marcando-se também seguramente os pontos de referência cronológicos sem os quais se há-de cair na generalização para períodos longos do que é talvez apenas verdadeiro para algumas fases.

Posicionemo-nos, por isso, no tempo. Mesmo se recentemente tem sido estatisticamente contestada a ideia de bruscos saltos no crescimento económico, se a própria noção de revolução industrial é questionada, para designar até a experiência britânica⁵, a verdade é que são diferenciados os ritmos do desenvolvimento: os atrasos têm uma história que merece ser contada. Enquanto as sociedades conhecem uma lenta e difícil evolução técnica, se debatem para conseguir elevar duradouramente a sua capacidade produtiva⁶, manter-se-ão num plano ainda modesto. Em meados de Setecentos parecem portanto ligeiros, são estreitas as distâncias entre os níveis de desenvolvimento e de bem-estar dos diversos países ou regiões da Europa.

Existem obviamente potencialidades diferenciadas, desigualdades que se expressam, por exemplo, pela relativa penúria dos camponeses eslavos ou mediterrânicos frente ao desafogo dos agricultores do Noroeste. As polarizações e as hierarquias no interior da economia-mundo e dos próprios espaços nacionais eram já antigas, como demonstram as obras seminais de Wallerstein e de Braudel⁷. Mas nada há que se assemelhe ao que caracterizará, deste ponto de vista, épocas posteriores: essa é, pelo menos, a lição de alguns estudos de Paul Bairoch⁸.

³ Vejam-se, por exemplo, os seguintes textos: P. K. O'Brien e Ch. Keyder, *Economic Growth in Britain and France (1780-1914)*, Londres, 1978; P. K. O'Brien, «Do we have a typology for the study of the European industrialization in the XIXth century?», in *Journal of European Economic History*, vol. xv, n.º 2, 1986; N.F.R. Crafts, «Industrial Revolution in England and France: some thoughts on the question, 'Why was England first?'», in *Economic History Review*, vol. xxx, n.º 3, 1977.

⁴ Para isso muito podem contribuir trabalhos com uma sólida base documental e estatística, como os de David Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional Portugal 1810-1913*, Lisboa, 1986 (tese de doutoramento, dactilografada), ou de Jaime Reis, «A produção industrial portuguesa, 1870-1914: estimativa de um índice» in *Análise Social*, vol. xxxii, 1986-5.

⁵ P. K. O'Brien, «Do we have a typology [...]»; Rondo Cameron, «A new view of European industrialization», in *Economic History Review*, vol. xxxviii, n.º 1, 1985.

⁶ Emmanuel Le Roy Ladurie, *Les Paysans de Languedoc*, Paris, 1966, t. i, pp. 639-640; Pierre Vilar, *Crecimiento y desarrollo*, 4.ª ed., Barcelona, 1980, pp. 23-24.

⁷ Immanuel Wallerstein, *The Modern World-System*, 2 vols., Nova Iorque, 1976-78; Fernand Braudel, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme. XV^e-XVIII^e siècles*, 3 vols., Paris, 1979.

⁸ Paul Bairoch, *Révolution Industrielle et Sous-Développement*, 4.ª ed., Paris, 1974, e «Europe's gross national product 1800-1975», in *Journal of European Economic History*, 1976, vol. v, «Estimations du revenu national dans les sociétés occidentales pré-industrielles et au dix-neuvième siècle», in *Revue Économique*, n.º 2, 1977.

As diferenças resultam sobretudo de desiguais desenvolvimentos da indústria, decorrem dos desfasamentos com que se encetam as caminhadas da industrialização moderna. No último terço do século XVIII adiantam-se os Britânicos, que serão acompanhados, desde os primeiros decénios do século seguinte, pelos mais precoces continentais. Neste quadro europeu, como se comportou Portugal?

A imagem que a historiografia portuguesa construiu do último quartel do século de Pombal é a de uma considerável vitalidade económica, que se revela principalmente na esfera mercantil. Jorge Borges de Macedo não hesita em referir-se a uma euforia e o mais cauteloso Albert Silbert fala, apesar de tudo, de uma «prosperidade indiscutível»⁹. Ora, passada a metade de Oitocentos, o produto nacional por habitante era já inferior a metade do da nação mais desenvolvida, a Grã-Bretanha, e, nas vésperas da Grande Guerra, essa razão tinha passado a menos de 30%, vincando-se claramente o atraso económico português¹⁰. De um estudo de Jaime Reis pode inclusivamente deduzir-se que eram frágeis as possibilidades de êxito de estratégias de desenvolvimento que não contassem com uma profunda modificação das estruturas económicas e sociais, evidentemente irrealizável a curto prazo¹¹.

Entre o declinar do século XVIII, de anunciada pujança, e os meados do século XIX, em que os mecanismos do atraso estão já nitidamente no terreno, fica a conturbada primeira metade de Oitocentos, que, à primeira vista e a vários títulos, emerge como período da maior relevância para a compreensão dessa perda de fulgor da economia portuguesa.

Na versão mais tradicional, a explicação da decadência, do encerramento do ciclo de prosperidade, deveria procurar-se em primeiro lugar na explosiva conjuntura que envolveu a Guerra Peninsular, a ruptura do Pacto Colonial, a dependência em relação à Grã-Bretanha, e só depois, em muito menor escala, na era posterior das lutas liberais.

Esta explicação, aliás polémica, passa fundamentalmente, pois, pela observação dos movimentos conjunturais. É um procedimento compreensível: a indústria portuguesa revela uma precoce sensibilidade aos ciclos dos negócios, estruturando-se em boa parte através de expansões e crises bem marcadas. Mas é necessário e possível ir mais longe. Uma nova análise das flutuações, construindo outros dados, múltiplas séries, mais compactas, designadamente ao nível sectorial, permitirá, ao remeter para problemas mais profundos e duradouros, pôr em relevo a insuficiência das abordagens que não desçam ao plano das estruturas.

II

Principiemos ainda, contudo, por uma reavaliação desses percursos conjunturais. Em períodos de crise comercial assiste-se a um reforço da indústria, aparente sobretudo pelo adiantamento das suas formas mais

⁹ J. B. Macedo, *Problemas [...]*, intitulou o cap. II da II parte «Euforia e equipamento»; A. Silbert, *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, 2.^a ed., Lisboa, 1977, p. 78.

¹⁰ P. Bairoch, «Europe's gross [...]».

¹¹ Jaime Reis, «O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)», in *Análise Social*, vol. XX, 1984, n.º 1, pp. 7-28.

concentradas. As políticas atribuídas ao conde de Ericeira e ao marquês de Fronteira e a situação a que procuram dar resposta, no último terço do século XVII, guardam notáveis semelhanças, *mutatis mutandis*, com as que, virada a metade de Setecentos, os Portugueses vão conhecer através da quebra acentuada das remessas do ouro e das orientações da governação pombalina para a recomposição económica. O paralelismo é, aliás, irresistível.

A escassez de meios de pagamento internacionais, originada pelo definhamento dos tráficos mais ricos, e a inviabilidade da contracção das importações de bens alimentares impunham uma austera restrição das outras aquisições ao estrangeiro. Era muito difícil, por outro lado, privar certos agrupamentos sociais — a aristocracia, em particular — de alguns produtos de consumo ostentatório. E o próprio Estado, apesar das aflições das finanças públicas, não estava em condições de prescindir de géneros industriais de relevância estratégica.

Havia, portanto, que substituir importações, que impulsionar a capacidade produtiva nacional. O fomento vai naturalmente visar as produções de luxo (sedas, vidros), as de maior importância para o poder (construção naval, cordoaria, ferraria, fardamentos) ou aquelas que mais oneravam a balança comercial (lanifícios)¹².

A indústria avança então principalmente pelo estímulo e pela iniciativa destas políticas públicas. Em mercados apertados e espartilhados, o Estado pesa na procura — pelo consumo que directamente exerce —, mas igualmente na oferta, pelas fábricas que estabelece, pelos subsídios que concede, pelas isenções, privilégios, exclusivos que atribui; interditando, enfim, com as pragmáticas, o uso dos artigos importados.

Esta associação entre surtos industriais e depressões comerciais encontra confirmação no seu próprio reverso: no abrandamento da protecção às manufacturas em fases de maior fluidez mercantil, que se caracterizam por uma relativa recessão industrial. Esta regularidade, detectada por Vitorino Magalhães Godinho¹³, ver-se-á, porém, interrompida no último vinténio do século XVIII.

A expansão que então conquistou a economia imperial portuguesa não será de nenhum modo nociva às ocupações manufactureiras; pelo contrário, há-de incentivá-las apreciavelmente. A riqueza dos negócios da rota do Cabo e do primacial comércio brasileiro — beneficiando da retracção colonial de países como a França, a Holanda e, depois, a própria Espanha — e a prosperidade dos tráfegos de reexportação das produções ultramarinas para os entrepostos europeus (Génova e Hamburgo) propiciaram um crescimento industrial em novos moldes, orientando-se para o ampliado mercado dos domínios. Ainda que a persistência da utilização de mão-de-obra escrava de certa forma inibisse uma mais directa tradução desse enriquecimento no consumo, as relações coloniais constituíram, indiscutivelmente, a alavanca de um progresso.

Ao longo do século XVIII, o trabalho caseiro dos linhos, dispersando-se pelo Noroeste, tinha medrado discreta, mas assinalavelmente. Agora, as sedas transmontanas, os lanifícios da Beira Interior e do Alentejo — que

¹² Jorge Borges de Macedo, *Problemas [...]*, pp. 26-41, e *A Situação Económica no Tempo de Pombal*, Porto, 1951, cap. v; Vitorino Magalhães Godinho, «Portugal and her Empire 1680-1720», in *The New Cambridge Modern History*, vol. VI, Cambridge, 1970.

¹³ V. M. Godinho, *Prix et Monnaies [...]*, pp. 243-280.

combinavam a mais antiga tradição fabril com o labor doméstico — e os núcleos oficiais de Lisboa, Porto, Braga e Guimarães também se fortaleciam.

A regra continuava a ser a pequena produção, pouco penetrada ainda pelo elemento mercantil, constituindo a fábrica uma raridade. Perante o aumento da procura, adoptam-se, contudo, algumas inovações técnicas e surgem formas mais concentradas de organização do trabalho, na região da Estremadura e Ribatejo, bem como nas principais aglomerações industriais e urbanas. O recurso a máquinas de fição inglesas, o estabelecimento de novas estamparias e a adopção da energia hidráulica para o fabrico de têxteis (Tomar) e de papel (Alenquer) são casos emblemáticos que devem ser retidos¹⁴.

O impulso industrial de finais de Setecentos não está portanto isento de repercussões estruturais. Os padrões de localização serão de certa forma alterados, sublinhando-se a tendência para a implantação no litoral das novas unidades produtivas. O abastecimento de matérias-primas importadas (couros e algodão do Brasil, por exemplo), a procura de uma mão-de-obra mais abundante e de mercados mais populosos e a facilidade de saída para as colónias estão entre as condições que favoreceram este deslocamento para a costa. Com efeito, os sectores que protagonizam o crescimento dirigem-se a um consumo mais alargado, suportado pelas fortunas ultramarinas. O Estado, por isso mesmo, deixou de ser o agente primordial, cedendo o seu lugar a alguns dos mais destacados negociantes nacionais que, quantas vezes associados a técnicos estrangeiros imigrados, se interessavam cada vez mais pela produção industrial.

Prolongando-se pelo primeiro lustro do século XIX, este ímpeto das actividades industriais cedo exhibe, porém, a sua fragilidade. O movimento de inovação técnica e de fundação de fábricas, timorato, aliás, esgota-se desde 1803. As exportações nacionais, de resto, nunca conseguiram desalojar os artigos manufacturados europeus (ingleses, sobretudo) dos carrega-

Exportações e reexportações de têxteis. 1798-1807

(Em percentagem do total de saídas)

[QUADRO N.º 1]

Anos	Linhos		Sedas		Lanifícios	
	Exportação	Reexportação	Exportação	Reexportação	Exportação	Reexportação
1798	43,3	56,6	78,0	22,0	24,2	75,8
1799	—	—	73,3	26,7	—	—
1800	—	—	69,4	30,6	—	—
1801	54,8	45,2	59,0	41,0	22,1	77,9
1802	42,1	57,9	48,4	51,6	16,7	83,3
1803	38,1	61,9	43,5	56,5	14,3	85,7
1804	40,5	59,5	46,6	53,4	16,8	83,2
1805	38,7	61,3	43,9	66,1	9,4	90,6
1806	29,2	60,8	35,1	64,9	12,6	87,4
1807	32,9	67,1	41,3	58,7	14,5	85,5

Fonte: Biblioteca do Instituto Nacional de Estatística; *Balanças do Comércio*, anos respectivos.

¹⁴ J. B. Macedo, *Problemas [...]*, pp. 223-229; Jorge Custódio, «Considerações sobre Acúrsio das Neves, os melhoramentos económicos e a indústria portuguesa», introdução a José Acúrsio das Neves, *Memória sobre os Meios de Melhorar a Indústria Portuguesa*, Lisboa, 1983; cf. cap. IV da nossa dissertação de mestrado.

mentos dirigidos ao ultramar. Continuava a preferir-se o mais fácil e às vezes mais rendoso comércio transitário, preservando a função de entreposto atribuída ao Porto e a Lisboa.

Assim, as exportações de lanifícios não representavam mais do que 28 % das reexportações. Os panos nacionais constituíam metade de todas as saídas de linhos até 1801 e não mais de 40 % nos anos seguintes. Para as sedas, a proporção é de 70 % antes de 1800, registando-se a partir de então uma quebra, já que os valores de 1802-05 se situam entre os 44 % e os 48 %¹⁵ (cf. quadro n.º 1).

Entre todos os sectores, são os algodões, protegidos pela interdição das importações (só excepcionalmente licenciadas), que exibem um crescimento mais ambicioso, mas que, simultaneamente, melhor põem a nu as limitações deste surto da viragem para o século XIX.

Importações de tecidos. 1796-1825

(Em contos de réis)

[QUADRO N.º 2]

Anos	Algodão	Lã (a)	Linho (b)	Seda (c)	Total	Percentagem das importações totais
1796	(d)	2 542,1	2 301,8	372,0	5 215,9	41,5
1797	—	2 542,3	—	250,0	—	—
1798	—	—	—	310,1	—	—
1799	—	4 490,0	2 819,5	247,1	7 556,6	38,3
1800	—	4 044,5	2 083,5	467,8	6 595,8	32,9
1801	—	2 302,8	1 726,8	208,1	4 237,7	21,9
1802	—	3 286,8	2 142,2	367,6	5 796,6	32,3
1803	—	2 336,6	1 289,7	489,0	4 115,3	27,3
1804	—	1 692,5	999,5	237,8	2 929,8	16,4
1805	—	2 172,2	1 706,7	219,2	4 098,1	20,8
1806	—	2 377,8	1 404,0	229,4	4 011,2	24,4
1807	—	2 322,5	1 123,2	137,7	3 583,4	25,8
1808	—	493,2	29,4	3,8	526,4	19,2
1809	—	1 169,6	326,0	26,5	1 522,1	17,2
1810	504,6	1 839,6	729,2	15,4	3 088,8	18,1
1811	3 298,1	3 160,3	1 044,0	107,1	7 609,5	19,7
1812	3 587,1	3 228,6	889,5	145,1	7 850,3	22,8
1813	5 437,3	3 973,1	1 237,8	329,1	10 977,3	35,4
1814	3 785,8	3 708,3	1 018,5	350,0	8 862,6	39,1
1815	3 586,4	2 729,7	860,2	171,4	7 347,7	29,8
1816	3 251,7	2 047,2	888,3	69,1	6 256,3	35,0
1817	2 696,2	2 325,8	840,5	57,2	5 919,7	37,4
1818	2 447,6	1 586,4	531,3	25,8	4 591,1	23,3
1819	2 754,6	1 558,8	288,8	35,1	4 637,3	31,2
1820	3 085,3	1 684,0	408,0	13,7	5 191,0	40,6
1821	3 704,6	1 626,9	465,9	21,6	5 819,0	41,1
1822	3 676,3	1 504,7	451,8	18,5	5 651,3	46,3
1823	2 689,4	1 616,5	230,8	13,4	4 550,1	37,9
1824	3 154,9	1 861,7	329,9	7,3	5 353,8	39,4
1825	2 799,9	1 479,8	323,4	60,2	4 663,3	37,6

(a) Importações totais de lanifícios a que foram deduzidas as provenientes de Castela, quase integralmente compostas por lã em rama destinada à reexportação.

(b) Importações totais de lanifícios a que foram deduzidas as respeitantes ao linho em rama.

(c) Importações de sedas manufacturadas, excluindo portanto as de seda em rama, pêlo e trama.

(d) As importações de tecidos e outras manufacturas de algodão estrangeiras achavam-se proibidas até ao Tratado de Comércio com a Inglaterra em 1810.

A dependência das articulações imperiais é aqui particularmente eloquente. O florescimento da indústria algodoeira realizou-se, antes de mais, pela proliferação de estamparias que trabalhavam sobre panos crus indianos. A fiação e a tecelagem — ramos estratégicos de qualquer processo de industrialização, nesta fase —, depois de um efêmero desenvolvimento, não progridem, desaparecendo inclusivamente alguns estabelecimentos¹⁶. Autorizam-se, por diversas vezes, aquisições de fio inglês, normalmente proibidas, que chegam a inundar alguns mercados, dificultando a venda do fio nacional. Disso se queixavam, já em 1799, os proprietários da Fábrica de Tomar¹⁷. Revelava-se assim a pequena importância que os poderes atribuíam a este ramo algodoeiro.

As chitas, essas sim, tornar-se-ão, com os linhos, a principal exportação manufactureira. Tais vendas, porém, nenhum estímulo hão-de exercer junto de outras faixas do tecido industrial. É no redil de uma expansão colonial, de que aliás não se tira completo proveito, que funciona o adiantamento da indústria.

Com efeito, o mercado interno — à luz do que se conhece, por exemplo, da evolução da agricultura¹⁸ — parece ter participado muito timidamente na prosperidade. A redução da entrada de têxteis estrangeiros (quadro n.º 2), podendo sugerir uma substituição de importações, é acompanhada de um avolumar de queixas acerca dos contrabandos¹⁹. No relatório que abre a *Balança do Commercio* de 1806 reclama-se contra o «ruínozo princípio da introdução clandestina das Fazendas proibidas» e mencionam-se as «grandes tomadias, que se fizerão fora da Barra, sendo só huma dellas de valor de mais de 500 mil cruzados»²⁰.

Devem, por isso, moderar-se certas apreciações mais entusiásticas desta conjuntura. Os ritmos de introdução ou de difusão de novas tecnologias de nenhum modo permitem pensar na iminência de um salto no caminho da industrialização moderna. Para além dos bloqueios estruturais que impediam esse desenvolvimento, e de que adiante nos havemos de ocupar, começaram a fazer-se sentir dificuldades circunstanciais: a crise das finanças públicas fez subir os custos pela pressão fiscal (novo imposto de 3 %) e causou consideráveis perturbações com a entrada em circulação do papel-moeda; por outro lado, grassava o contrabando e a própria concorrência legal aumentava. Assim, logo em 1805 baixam os preços da maioria dos artigos exportados e no ano seguinte reduz-se o próprio volume das saídas (quadros n.ºs 3, 7, 8, 9, 10 e 11).

¹⁶ Numa carta de Timotheo Lecussan Verdier, proprietário da Fábrica de Tomar, dirigida em 16 de Março de 1802 a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, dava-se conta do encerramento de seis fiações de algodão: Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), Reservados (Res.), Códice 610, fl. 79.

¹⁷ T. Lecussan Verdier, «Memória sobre as fiações de algodão actualmente estabelecidas em Portugal» (1979), in Manuel da Silva Guimarães, *História de Uma Fábrica*, Santarém, 1976, pp. 220-235.

¹⁸ Domingos Vandelli, «Memoria sobre a agricultura deste Reino, e das suas conquistas», in *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, t. 1, Lisboa, 1789; Albert Silbert, *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime*, 2.ª ed., Lisboa, 1978; David Justino, «Crises e 'decadência' da economia cerealífera alentejana no século XVIII», in *Revista de História Económica e Social*, 1981, n.º 7.

¹⁹ No declinar do século, e sobretudo depois de 1804, parece haver um recrudescimento das reclamações.

²⁰ Biblioteca do Instituto Nacional de Estatística (BINE), *Balança do Commercio de Portugal com as Nações Estrangeiras*, 1806.

Exportações das manufacturas nacionais para o Brasil e domínios portugueses. 1796-1825

(Valores totais)

[QUADRO N.º 3]

Anos	(a)		(b)		
	Valor (contos de réis)	Índice (1805 = 100)	Valor (contos de réis)	Índice (1805 = 100)	Percentagem das exportações totais
1796	2 442,7	96,7	2 442,7	95,8	32,4
1797	2 864,3	113,4	2 869,3	112,4	29,7
1798	4 131,6	163,6	4 131,6	162,1	33,3
1799	5 632,3	223,1	5 632,3	220,1	27,5
1800	3 842,5	152,2	3 842,5	150,7	28,4
1801	4 012,3	158,9	4 012,3	157,4	30,6
1802	3 470,6	137,5	3 470,6	136,1	27,1
1803	2 774,6	109,9	2 774,6	108,8	21,8
1804	3 379,7	133,9	3 379,7	132,6	22,7
1805	2 524,8	100,0	2 549,4	100,0	20,8
1806	1 919,8	76,0	1 936,8	76,0	17,1
1807	1 174,6	46,5	1 609,3	63,1	15,6
1808	227,3	9,0	—	—	13,4 (c)
1809	451,7	17,9	938,3	36,8	24,0
1810	431,9	17,1	795,4	31,2	20,9
1811	389,6	15,4	1 099,8	43,1	31,6
1812	398,3	15,8	760,1	29,8	24,3
1813	555,6	22,0	926,5	36,3	21,7
1814	742,3	29,4	1 125,7	44,2	16,1
1815	939,5	37,2	1 381,6	54,2	12,6
1816	1 158,2	45,9	1 642,8	64,4	11,4
1817	1 139,9	44,8	1 623,7	63,7	14,4
1818	1 340,1	53,1	2 135,7	83,8	20,1
1819	1 242,8	49,2	1 652,6	64,8	20,3
1820	1 035,9	41,0	1 410,1	55,3	21,7
1821	1 147,6	45,5	1 512,6	59,3	27,4
1822	867,6	34,4	1 147,7	45,0	24,0
1823	570,1	22,6	922,6	36,2	24,9
1824	681,3	27,0	1 009,5	39,6	27,4
1825	1 070,7	42,4	1 347,7	52,9	30,0

(a) Valores apontados nas estatísticas da Superintendência-Geral dos Contrabandos (AHMOP, SGC, liv. 3).

(b) Valores corrigidos com a adição das exportações de linhos nacionais.

(c) As *Balanças do Comércio* não permitem a correcção para 1808.

III

Houve, apesar destas restrições, um crescimento industrial insofismável, que contou, em primeiro lugar, com a privilegiada inscrição do comércio imperial português numa economia-mundo ameaçada de desagregação pelos violentos conflitos que a atravessavam.

Aproveitou-se o entorpecimento de outras potências e a conjuntura político-militar revelou-se, por isso, temporariamente benéfica para os negócios imperiais e, daí, para a indústria. Mas este clima favorável assentava em equilíbrios precários que dificilmente podiam perdurar. Desde que a política francesa de isolamento comercial da Grã-Bretanha adquiriu uma nova força e capacidade de realização, ficou inelutavelmente determinado o desabamento da estrutura a que vinham dando corpo os principais eixos do comércio português. O território nacional era, de facto, imprescindível à eficácia do Bloqueio Continental e, por outro lado, um país que vivia em

grande parte da navegação transoceânica não podia, sem graves riscos, afastar-se das pretensões da principal potência naval, a Grã-Bretanha²¹.

A Guerra das Laranjas (1801) constituiu o primeiro aviso sério dos perigos que a economia portuguesa defrontava. Além de ter provocado danos materiais e perturbações nos fluxos mercantis, poderia ter tido gravíssimas consequências para a indústria nacional. Com efeito, se a Paz Europeia de Amiens não tem tornado caduco o Tratado de Madrid, pelo qual se tinham encerrado as hostilidades, Portugal, além do pagamento de uma vultosa indemnização, teria sido forçado a admitir, com as mais baixas tarifas, os artigos manufacturados franceses até então proibidos. Retomaram-se, assim mesmo, as relações comerciais com a França e alcançaram-se, nos anos seguintes, volumosas exportações de géneros brasileiros. A ruptura ficou então adiada.

A real impossibilidade de optar entre as reclamações francesas e britânicas conduziu, aliás, ao sistemático protelamento de uma decisão que, qualquer que fosse, teria sempre repercussões negativas. Nesta perspectiva, compreende-se igualmente a defesa a todo o custo de uma falsa neutralidade que escamoteava mal o alinhamento pelas posições dos velhos aliados de além-Mancha. Quando chegou, a inevitável cedência aos decretos de Napoleão não evitou a ocupação militar e os seus corolários.

Ao bloqueio francês, a armada inglesa respondeu, aliás como se esperava, com o contrabloqueio marítimo. Durante quase um ano, o País achou-se praticamente isolado, transaccionando sobretudo por terra. Não recebia matérias-primas, as ligações com os domínios estavam interrompidas e as exportações reduziam-se a uma ínfima fracção do que eram antes (quadro n.º 3).

Reexportações para as colónias
(Médias anuais. Em contos de réis)

[QUADRO N.º 4]

Produtos	1	2	Percentagem 2/1
	1801-7	1809-20	
Sedas	258,1	71,0	32,5
Linhos	1 255,8	221,3	17,6
Lanifícios	1 019,2	53,9	5,3
Géneros da Ásia	1 498,9	346,8	23,1

Fonte: *Balanças do Comércio*, anos respectivos.

A ocupação impusera de forma indiscutível, para mais, a ruptura do Pacto Colonial. A ida da corte para o Brasil e os impedimentos nas comunicações entre a metrópole e os domínios conduziam inexoravelmente nesse sentido, não consentiam outra solução. O comércio transitário viu-se arruinado (quadro n.º 4) e muitos dos negociantes mais avisados retiraram avultados capitais, que encontraram o caminho da Inglaterra e do Brasil²².

²¹ J. B. Macedo, *O Bloqueio Continental. Economia e Guerra Peninsular*, Lisboa, 1962.

²² BINE, *Balança do Commercio [...]*, 1813, e J. Acúrsio das Neves, *Noções Históricas, Económicas e Administrativas sobre a Produção e Manufactura das Sedas em Portugal*, Lisboa, 1827, p. 385.

Sobreviria depois a guerra, com o seu rosário de destroços e convulsões. Inúmeras fábricas e oficinas foram incendiadas, reduzidas a escombros pelos exércitos e pelos populares, sendo as regiões da Estremadura e do Ribatejo — onde nada menos de quinze oficinas de curtumes foram arrasadas — as mais afectadas.

Mas, além das destruições, há todo um enredo de perturbações que rasgaram o tecido económico português. Empresários, técnicos e operários —mormente os estrangeiros— abandonaram as suas ocupações, a que muitos não regressariam. A crise industrial era portanto irresistível e os embaraços de outros sectores haveriam ainda de ampliá-la.

O comércio interno —vivendo em grande medida das deslocações do pequeno mercador às feiras— quase paralisou, tanto mais que o equipamento de transporte, já de si escasso, era inteiramente mobilizado pelas necessidades militares.

A própria agricultura sofreu duramente as devastações da guerra. Desordenadas migrações, culturas destruídas, searas queimadas, vastas áreas que ficaram por semear enegrecem as cores deste quadro. Por isso, em 1811-12 entram nos portos nacionais excepcionais quantidades de mantimentos (quadro n.º 5). A crise agrícola, traduzindo-se numa descida dos rendimentos, contraía o consumo de bens manufacturados e, apesar dos auxílios²³, apertava os orçamentos familiares, prejudicando ao mesmo tempo —pelo défice comercial que implicava— a aquisição de matérias-primas ao exterior.

Importações de mantimentos

(Em contos de réis)

[QUADRO N.º 5]

1796.....	3 200
1797.....	5 699
1798.....	6 149
1799.....	6 264
1800.....	6 868
1801.....	11 266
1802.....	6 744
1803.....	5 977
1804.....	10 334
1805.....	10 474
1806.....	7 394
1807.....	6 377
1808.....	1 814
1809.....	5 475
1810.....	8 795
1811.....	26 649
1812.....	21 730
1813.....	13 797
1814.....	7 586
1815.....	11 487

Fonte: AHMOP, SGC, liv. 3.

²³ O Governo Britânico custeou uma parte das importações de mantimentos, designadamente provenientes dos Estados Unidos da América (BINE, *Balança do Commercio [...]*, 1813); socorreu igualmente mais de 75 000 portugueses através de um subsídio concedido por deliberação do Parlamento Britânico (*Conta Publicada pela Comissão Encarregada de Dirigir a Distribuição do Donativo Votado pelo Parlamento do Reino Unido [...]*, Lisboa, 1813); Jorge Custódio, «Considerações [...]», pp. 62-63.

O mercado ultramarino e o mercado interno afundavam-se, portanto, conjuntamente. Esta variação num mesmo sentido era pouco habitual e, por isso mesmo, particularmente grave. O aparelho industrial estava parcialmente destroçado e os poucos recursos eram prioritariamente destinados à reedificação de pontes, habitações, etc. A crise adquiria deste modo a dimensão de um colapso²⁴. E não é de todo surpreendente que dure ainda na segunda década de Oitocentos, exprimindo-se pelo enfraquecimento das exportações de manufacturas: depois do desastre de 1808, em 1810, como em 1812, são inferiores a metade das de 1807, ano já marcado por alguns contratempos (quadro n.º 3). É-nos impossível calcular as perdas no mercado interno — porventura igualmente espectaculares²⁵ — que a brutal subida das importações de manufacturas inglesas só incompletamente espelha (quadro n.º 2).

Chegada a paz, o atraso português tinha-se alargado manifestamente. O florescimento da indústria britânica durante o bloqueio, alicerçado numa tecnologia superior e na produção, livre de concorrência, para amplos mercados, assim nacional como ultramarino, não encontrava ainda paralelo na Europa continental. Algumas regiões privilegiadas — como a Flandres, a Renânia-Vestefália e até a Saxónia e a Silésia — puderam, apesar de tudo, beneficiar da sua integração, mesmo provisória, num vasto espaço económico protegido pelo sistema continental. Em geral, porém, depois do Congresso de Viena, era menor a competitividade da indústria continental, era mais custosa a industrialização. E, até que os governos tomassem consciência das desigualdades e elevassem as tarifas protectoras, vagas de têxteis ingleses de lã e de algodão iam submergindo os mercados europeus.

Portugal, que conheceu esta conjuntura com alguns anos de avanço, não se achava em melhores condições do que os seus parceiros continentais. Pelo contrário, do ponto de vista tecnológico, o esforço de acompanhamento das novas realizações e a adopção de inovações tinham-se interrompido já antes da guerra. A distância crescera e eram superiores os obstáculos em ultrapassá-la, tanto mais que as novas modalidades da Aliança Inglesa não consentiam quaisquer veleidades de protecção alfandegária.

Efectivamente, a dependência, apontada desde finais do século XVIII pela impossibilidade de Portugal resistir às mais elementares pretensões britânicas, mesmo as que frontalmente contrariavam a defesa da preciosa neutralidade, afirma-se com toda a clareza durante a guerra, não só militarmente, mas também no plano comercial: no auge dos conflitos, os géneros alimentares e algumas matérias-primas (como o linho) chegam quase exclusivamente em embarcações inglesas.

A dependência surge mesmo em letra de forma nos tratados de 1810. A sujeição político-militar — que se dá a conhecer, por exemplo, pela participação do representante diplomático britânico no Governo Português, com direito a voto nas questões da Defesa e da Fazenda, ou pelas alargadas competências de Beresford — era acompanhada por uma submissão econó-

²⁴ Tal é a designação que lhe confere justamente Valentim Alexandre em «Um momento crucial do subdesenvolvimento português: efeitos económicos da perda do Império Brasileiro», in *Ler História*, 1986, n.º 7, pp. 22 e segs.

²⁵ Computadas em 2 milhões de cruzados pelo contador-mor das balanças do comércio (BINE, *Balança do Commercio* [...], 1810).

mica, configurada pela falta de reciprocidade nos acordos relativos à navegação e pela admissão, com tarifas reduzidas, das manufacturas inglesas, mesmo daquelas que, como os algodões, se encontravam proibidas até então. Os lanifícios, excluídos até 1814 deste desarmamento pautal, serão também incluídos na categoria dos artigos que apenas pagavam 15 % *ad valorem*, cobrados na base das facturas inglesas²⁶.

Depressa se assistiu, nestas circunstâncias, a uma autêntica inundação dos mercados metropolitanos e ultramarinos pelos produtos de fabrico britânico. No caso dos panos de algodão, as entradas chegaram a ser excessivas, registando-se dificuldades de escoamento que impõem o recurso à reexportação para Espanha, tanto legal como por contrabando, e obrigam inclusivamente, desde 1814, à própria contracção das importações (quadros n.ºs 2 e 6).

Reexportações de tecidos de algodão ingleses. 1810-25

(Milhares de réis)

[QUADRO N.º 6]

Anos	Brasil	África	Ilhas	Castela	Outros países	Total
1810	—	—	—	3 202,1	—	3 202,1
1811	2 294,7	39,0	7 046,3	25 462,9	—	34 842,8
1812	33 600,0	818,9	42 125,8	67 145,7	23 963,7	167 654,0
1813	52 729,5	1 457,2	26 831,4	217 700,3	30 990,2	329 708,5
1814	67 544,3	2 530,8	31 641,9	156 480,6	42 242,5	300 440,1
1815	66 090,9	9 713,1 (a)	34 537,4	184 656,0	127 597,7	419 480,1
1816	73 776,3	16 779,2	31 334,1	101 765,3	16 031,5	239 686,4
1817	43 461,1	9 523,0	43 389,3	179 409,0	16 418,0	292 195,3
1818	47 959,7	11 455,5	53 897,3	500 998,1	2 920,5	617 231,0
1819	21 542,2	14 233,2	33 975,2	423 435,5	13 392,3	506 578,4
1820	23 186,4	11 422,7	23 929,9	487 616,0	730,0	546 885,0
1821	4 797,8	12 936,0	15 596,8	643 847,1	—	676 997,7
1822	8 127,1	5 457,2	25 406,4	652 699,2	—	691 689,8
1823	31 178,4	9 747,5	36 931,7	811 051,4	—	888 789,1
1824	38 709,0 (b)	30 942,1	37 575,2	968 507,8	—	1 075 734,2
1825	9 760,4	65 280,7	28 798,0	798 688,1	—	902 527,7

(a) A partir de 1815 contam-se também as reexportações para a África oriental.

(b) Incluindo os tecidos supostamente destinados a Buenos Aires.

A tibieza do Estado português — que, a bem dizer, nesta época, pouco mais era do que uma ficção — e a sua incapacidade para defender a economia e, em particular, a indústria nacional acresciam ao elenco de problemas antes apontado. O alvará de 28 de Abril de 1809, facilitando as exportações para o Brasil, protegendo a marinha nacional e isentando de direitos as matérias-primas que vinham para as fábricas, constituiria uma magra compensação pelas previsíveis perdas na extracção, tanto na metrópole como nos domínios. Aliás, a sua aplicação não deixou de encontrar resistências, dada a redução de receitas que implicava²⁷. Apesar de tudo, fornecia um balão de oxigénio à indústria, sem o qual ela certamente teria asfixiado.

²⁶ Resolução de 5 de Maio de 1814 e Tratado de Comércio e Navegação de 19 de Fevereiro de 1810.

²⁷ O Conselho da Fazenda moveu um combate encarniçado contra os privilégios fiscais das fábricas; cf. J. Acúrsio das Neves, *Memória sobre os Meios [...]*, pp. 68-83.

Eis portanto a crise nos seus contornos. Revela-se pela quebra geral da produção, pelas inibições à comercialização, pelo encerramento temporário ou definitivo de fábricas e oficinas, pela subocupação de mão-de-obra e de instalações. Mas, em toda a sua envergadura e profundidade, não pode dizer-se que tenha gerado um processo de desindustrialização generalizado ou sequer extensivo a vastas regiões, como certas imagens mais catastróficas da depressão poderiam insinuar.

Com maior ou menor dificuldade, as ocupações industriais puderam sobreviver e foram lentamente ressurgindo: o conhecimento que temos da estrutura industrial portuguesa posterior à Guerra Peninsular é disso eloquente testemunha²⁸. Os linhos do Minho e da Beira Litoral, as lãs da Beira Interior e do Alentejo, os curtumes de Trás-os-Montes, do Ribatejo e da Estremadura, a cerâmica de Mafra e de Coimbra, a chapelaria de Braga, as sedas transmontanhas, a cutelaria e os atalhados de Guimarães, as ferrarias da região de Aveiro continuam a dar trabalho às populações, configurando a vivaz tradição da pequena produção dispersa. As fábricas e as oficinas — de lanifícios na Covilhã e Portalegre, de vidros na Marinha Grande, de algodões em Tomar e Alcobaça, de estamparia em Lisboa, de tecelagem no Porto — vão-se refazendo também dos severos golpes sofridos.

IV

A preservação da maioria das unidades industriais, apesar dos inegáveis estorvos que enfrentavam agora no seu funcionamento, veio permitir um reatamento, mais ou menos moroso, mais ou menos incompleto, das actividades fundamentais. Tal como a crise não marcara do mesmo modo todos os sectores e todas as regiões, também esta recomposição não foi uniforme, havendo algumas diferenciações que não devem passar sem referência.

Em alguns casos, quando a concorrência britânica não se fazia sentir de forma tão directa ou tão asfíxiante, dado o próprio padrão de especialização que a caracterizava, conseguiram-se resultados que chegam a ser surpreendentes, perante o alcance do colapso anterior.

A tecelagem das sedas de Lisboa conserva segmentos importantes dos seus mercados ultramarinos: em 1809, as exportações estão apenas cerca de 20 % abaixo das de 1805; e de 1813 a 1821 conheceram um incremento que as levou perto dos níveis atingidos na época de maior prosperidade (quadros n.ºs 7 e 8). No Porto, a crise foi mais prolongada, mas poderá falar-se de um novo vigor desde 1816, apesar de tudo mais fraco e mais curto do que o da capital. A tradicional produção transmontana ressentiu-se mais da depressão, até porque eram mais antigos os seus problemas: a fome e a peste de 1804 marcaram a sua decadência profunda²⁹. De qualquer modo, na falta de comunicações directas entre o Brasil e os principais centros europeus da indústria das sedas (França e Itália), as manufacturas

²⁸ Vejam-se os levantamentos realizados pela Junta do Comércio e só parcialmente publicados por Acúrsio das Neves nas *Variedades sobre Objectos Relativos ás Artes, Commercio e Manufacturas [...]*, t. 1, Lisboa, 1814, pp. 175-219. Na nossa dissertação de mestrado reunimos os dados referentes aos anos de 1815 a 1825.

²⁹ Fernando de Sousa, «A indústria das sedas em Trás-os-Montes (1790-1813)», in *Revista de História Económica e Social*, 1979, n.º 2, pp. 59-73.

nacionais podiam manter, com ligeiras reduções, a sua participação no preenchimento do consumo brasileiro, dilatado até pela presença da corte.

A chapelaria refez-se também melhor das dificuldades da guerra. No Norte, os problemas na comercialização dos chapéus grossos de lã — preteridos pelos compradores em favor de artigos mais finos — tinham começado a fazer-se sentir com maior acuidade desde 1805, com grandes baixas

Importações de seda em rama, exportações e reexportações de tecidos de seda para o Brasil e domínios portugueses. 1796-1825

(QUADRO N.º 7)

Anos	Importação de matéria-prima			Exportações e reexportações de manufacturas (valores: 10 ⁶ cruzados)			
	Quantidades (arráteis)	Valores (10 ⁶ cruzados)	Índice (1805 = 100)	Reexportações	Exportações das fábricas nacionais		Total
					Valor	Porcentagem do total	
1796	112 142	1 181	196,9	396	952	70,6	1 349
1797	80 913	853	142,1	333	993	74,9	1 326
1798	54 806	657	96,2	371	1 322	78,0	1 694
1799	100 621	925	176,7	609	1 670	73,3	2 280
1800	58 079	609	102,0	478	1 086	69,4	1 565
1801	19 739	208	34,7	446	643	59,0	1 089
1802	109 853	1 084	192,9	699	655	48,4	1 354
1803	124 676	1 284	218,9	937	721	43,5	1 658
1804	137 122	1 569	240,7	876	764	46,6	1 620
1805	56 959	561	100,0	593	463	43,9	1 057
1806	61 534	587	108,0	617	334	35,1	952
1807	68 618	685	120,5	347	244	41,3	591
1808	—	—	—	94	103	52,2	197
1809	7 718	98	13,6	326	224	40,7	551
1810	10 505	168	18,4	219	239	52,1	459
1811	58 012	1 152	101,8	184	288	60,9	472
1812	57 478	689	100,9	151	211	58,3	362
1813	42 979	530	75,5	105	407	79,5	512
1814	69 451	590	121,9	234	378	61,7	613
1815	94 290	986	165,5	359	451	55,7	810
1816	78 530	973	137,9	161	646	80,0	807
1817	61 521	617	108,0	115	528	82,9	644
1818	46 868	576	82,3	110	571	83,8	682
1819	73 543	733	129,1	95	626	86,7	721
1820	134 310	273	235,8	62	647	91,6	710
1821	74 049	672	130,0	22	777	97,2	799
1822	48 184	468	84,6	25	364	93,4	389
1823	35 007	467	61,5	5	183	97,1	188
1824	46 568	588	81,8	11	304	96,4	315
1825	31 046	287	54,5	18	459	96,1	478

de preços, seguindo-se uma compressão do volume das exportações, que se veria naturalmente agravada pela conjuntura crítica posterior. Encetou-se, em 1811, uma recuperação, imperfeita, é certo, que culmina em 1815-16, quando as saídas se aproximam das de 1801 e 1803, por exemplo. Mas foi efêmero este entusiasmo, na medida em que há de imediato outra quebra.

Em Lisboa, o percurso é diferente. Mais tardio, o declive chega em 1812 ao seu ponto mais baixo. Retomar-se-á, depois, um caudal de produção capaz de alimentar embarques perfeitamente inéditos, como os de 1820 e 1821. Neste ramo de fabrico, ainda pouco investido pela mecanização, a

produção nacional podia, com vantagem, competir nos domínios e até defender os seus preços (quadro n.º 9).

A batalha da concorrência travava-se, em primeiro lugar, no sector algodoeiro, pólo das grandes transformações que vinha atravessando a indústria britânica. A fiação nacional por pouco não desaparecera, confiando-se à fábrica de Tomar, que continuava, aliás, a laborar abaixo da

**Exportações de sedas lisas e lavradas das fábricas nacionais
para o Rio de Janeiro, Baía e Pernambuco**

[QUADRO N.º 8]

Anos	Lisboa			Porto		
	Volumes (côvados)	Índice (1805 = 100)	Preço médio (réis)	Volumes (côvados)	Índice (1805 = 100)	Preço médio (réis)
1798	179 678	142,8	658	263 505	302,8	308
1799						
1800	126 189	100,3	1 079			
1801	96 917	77,0	747	51 095	58,7	1 317
1802	107 279	85,2	679	71 507	82,2	609
1803	158 074	125,6	732			
1804	210 486	167,3	689	93 980	108,0	633
1805	125 843	100,0	597	87 012	100,0	444
1806	92 874	73,8	604	105 997	121,8	286
1807	80 607	64,1	484	58 048	66,7	393
1808						
1809	102 737	81,6	508	33 748	38,8	423
1810	96 702	76,8	482	24 863	28,6	515
1811	72 256	57,4	725			
1812	68 547	54,5	503			
1813	118 761	94,4	646	52 551	60,4	536
1814	103 914	82,6	656	49 423	56,8	455
1815	97 081	77,1	707			
1816	99 794	79,3	736	80 606	92,6	524
1817	103 635	82,4	—			
1818	145 437	115,6	499			
1819	160 862	127,8	459			
1820	128 875	102,4	526			
1821	190 308	119,4	543	139 191	160,0	412
1822	79 318	63,0	498	34 473	39,6	438
1823	27 709	22,0	460			
1824	39 814	31,6	464			
1825	73 297	58,2	542			

capacidade instalada³⁰. A tecelagem sofria também um abatimento: eram diversos os estabelecimentos encerrados e a rede de oficinas portuenses debatia-se com grandes contrariedades.

Os estampados, tradicional artigo de exportação nacional, resistem melhor à competição. Algumas estamparias reduzirão o seu ritmo de trabalho, outras suspendê-lo-ão ou fecharão mesmo definitivamente as suas portas, mas não-de surgir novas unidades em seu lugar. Após o colapso (em 1811-12 caem a 5 % do volume alcançado em 1805), as remessas de chitas para o Brasil retomam decididamente: em 1816 são equivalentes às de 1800; e as de cortes de saias (que com as chitas perfaziam cerca de 90 %

³⁰AHMOP, Junta do Comércio, 12, 1820.

das vendas de algodões) são mesmo as mais altas de sempre (quadro n.º 10).

Este impulso parece traduzir, portanto, uma espectacular recuperação. E assim é, de facto, no que diz respeito às quantidades expedidas para o ultramar. Mas é uma evolução que esconde a realidade de uma acentuada descida dos preços. Entre 1813 e 1818, o valor das chitas reduz-se em

**Exportações de chapéus das fábricas nacionais para o Brasil
e domínios portugueses. 1798-1825**

[QUADRO N.º 9]

Anos	Lisboa			Porto			Viana, Figueira, etc.			Total	
	Número	Valor (10 ³ réis)	Preço médio (réis)	Número	Valor (10 ³ réis)	Preço médio (réis)	Número	Valor (10 ³ réis)	Preço médio (réis)	Número	Valor (10 ³ réis)
1798	56 352	94 362	1 674	236 425	147 480	623	494	299	606	293 271	242 142
1799	62 481	123 446	1 975	330 809	270 287	817				393 290	393 734
1800	63 367	121 860	1 917	242 903	186 039	765	844	675		307 314	308 574
1801	68 342	121 672	1 780	213 790	175 173	819	1 880	1 952	1 038	284 012	298 797
1802	52 117	105 683	2 027	398 712	338 487	849	490	550	1 122	451 319	444 720
1803	41 994	83 268	1 982	232 980	146 903	630	280	224	800	275 254	230 396
1804	54 603	117 336	2 148	272 087	220 193	809	756	756	1 000	327 446	338 286
1805	64 745	119 681	1 848	254 642	78 260	307				319 387	197 941
1806	74 405	120 611	1 621	190 734	61 190	320				265 139	181 801
1807	51 037	80 470	1 576	168 343	54 069	321				219 380	134 539
1808											
1809	32 478	61 332	1 888	73 320	43 992	680	356	213	600	106 154	105 537
1810	47 364	61 783	1 304	103 946	62 642	602	200	120	600	151 510	124 545
1811	44 532	72 186	1 621	173 033	105 044	607				217 565	177 231
1812	24 692	56 918	2 305	165 996			19 725	19 725	1 000	210 413	
1813	32 083	81 285	2 533	129 891	76 796	591	8 644	8 644	1 000	170 618	166 726
1814	40 668	112 034	2 754	120 913	75 718	626				161 581	187 753
1815	37 770	96 212	2 547	186 434	127 588	684	50	50	1 000	224 254	223 850
1816	47 030	117 885	2 506	201 424	141 948	704	14 128	8 476	600	262 582	268 309
1817	46 931	—		154 385	77 250	500	6 097	4 877	800	207 413	
1818	53 516	131 890	2 464	148 439	74 250	500	980	980	1 000	202 935	207 120
1819	61 568	154 280	2 505	118 399	59 244	500	9 613	5 767	600	189 580	219 292
1820	70 816	159 863	2 257	148 972	81 625	547	3 526	2 115	600	223 314	243 604
1821	84 628	209 768	2 478	173 792	88 388	508	820	699	852	259 240	298 856
1822	62 963	158 924	2 524	108 497	45 766	421	9 612	7 689	800	181 072	212 380
1823	63 018	158 183	2 510	48 154	23 710	492				111 172	181 072
1824	71 821	191 091	2 660	66 903	33 875	506				138 724	224 967
1825	102 651	268 620	2 616	104 248	48 121	461				206 899	316 741
1826	82 722	209 308	2 530	68 328	32 368	473				151 050	241 676

10,6 % ao ano (quadro n.º 10). Pondo de parte a possibilidade de uma venda ao desbarato (seria demasiado prolongada e, caso a situação não se alterasse, levaria a curto prazo à falência de muitos dos estabelecimentos, o que não aconteceu), há que ter em conta toda uma série de expedientes que permitiram às estamparias manter-se em funcionamento perante a concorrência. O recurso a produtos semimanufacturados mais baratos (panos crus ingleses em vez de indianos) e a uma mão-de-obra menos qualificada (aprendizes e serventes, em lugar de mestres e oficiais)³¹ e a quebra geral

³¹Miriam Halpern Pereira, «O Estado vintista e os conflitos no meio industrial», in *O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira Metade do Século XIX*, 2.º vol., Lisboa, 1982, p. 45.

de remunerações no sector terão possibilitado a sua sobrevivência e até a reconquista de algumas posições comerciais.

As outras produções têxteis ficam ainda mais longe da sua anterior capacidade. No caso dos linhos, a redução das exportações foi muito pronunciada, sobretudo até 1812. As saídas por Lisboa simplesmente cessam. No Porto readquirem algum alento, mas os fardos embarcados raramente

Exportação de tecidos de algodão das fábricas nacionais para o Brasil. 1798-1825
(Saídas por Lisboa)

[QUADRO N.º 10]

Anos	Chitas				Saías (a)			
	Côvados (10 ³)	Índice (1805 = 100)	Valor (10 ³ réis)	Preço médio (réis)	Cortes	Índice (1805 = 100)	Valor (10 ³ réis)	Preço médio (réis)
1798	3 044,3	107,8	1 219 141	400	22 797	48,5	74 735	3 278
1799	—	—	—	—	—	—	—	—
1800	1 737,5	61,6	636 127	366	32 950	70,1	91 932	2 790
1801	2 101,3	74,4	615 587	293	21 228	45,2	53 103	2 501
1802	2 585,7	91,6	886 053	343	17 287	36,8	46 458	2 687
1803	2 467,4	87,4	783 072	317	14 685	31,2	39 756	2 707
1804	3 319,1	117,6	1 040 946	314	35 229	74,9	91 644	2 601
1805	2 822,8	100,0	791 577	280	47 009	100,0	75 977	1 616
1806	2 251,6	79,8	545 259	242	36 588	77,8	59 544	1 627
1807	2 011,9	71,3	476 287	237	47 074	100,1	75 106	1 595
1808	—	—	—	—	—	—	—	—
1809	583,6	20,7	141 147	242	16 151	34,4	27 965	1 731
1810	435,2	15,4	104 584	240	8 285	17,6	13 309	1 606
1811	120,3	4,3	29 801	248	2 498	5,3	3 618	1 448
1812	103,8	3,7	24 922	240	5 767	12,3	8 443	1 464
1813	465,7	16,5	109 785	236	14 267	30,3	19 401	1 359
1814	855,6	30,3	179 296	210	42 749	90,9	59 551	1 393
1815	1 009,4	35,8	205 088	203	72 789	154,8	98 444	1 352
1816	1 718,6	60,9	308 982	180	89 853	191,1	99 435	1 106
1817	2 334,5	82,7	—	—	55 824	118,8	—	—
1818	3 373,7	119,6	455 039	135	60 009	127,7	—	687 (b)
1819	2 116,6	75,0	299 145	141	102 266	226,5	72 779	684
1820	1 569,5	55,6	220 686	141	68 471	145,7	53 747	785
1821	2 096,1	74,3	299 685	143	82 665	175,8	64 594	781
1822	2 171,5	76,9	294 127	135	88 903	189,1	54 497	612
1823	1 406,2	49,8	181 393	129	46 831	99,6	28 299	604
1824	1 398,4	49,5	188 449	135	33 022	70,2	18 385	556
1825	2 087,7	73,9	289 608	139	25 157	53,5	16 731	665

(a) Só para o Rio de Janeiro, Baía e Pernambuco. Para as outras capitanias, as exportações são muito reduzidas.
(b) Preço referente apenas às exportações para o Rio de Janeiro.

vão ultrapassar metade dos que antes da guerra dali rumavam ao Brasil (quadro n.º 11).

A substituição dos panos de linho nacionais pelos tecidos de algodão que iam directamente de Inglaterra estará na origem desta grande diminuição dos carregamentos. No mercado interno, a situação não terá sido, porém, tão negativa. As importações de matéria-prima cairam muito menos do que as vendas de panos ao exterior (quadro n.º 11) e o enraizamento da produção dos linhos no modo de vida das populações, assim no Minho como na Beira, a importância do autoconsumo e a interdependência da agricultura e da indústria rural amortecem o impacto da concorrência estrangeira em algumas faixas, longe aliás de serem inexpressivas, dos mercados metropolitanos.

Os lanifícios nacionais encontram também maiores dificuldades na frente externa, quase desaparecendo de entre as mercadorias enviadas para o ultramar. A crise, particularmente virulenta, feriu a pequena produção, mas também as fábricas. Algumas, inclusivamente, depois de terem suspenso a laboração, só com relutância a retomam, como aconteceu com as Reais Fábricas da Covilhã e Portalegre³². Assim mesmo, na duríssima

**Importações de linho em rama e exportações dos panos de linho nacionais
pelo Porto para o Brasil. 1796-1825**

[QUADRO N.º 11]

Anos	Importações de linho em rama (quintais)				Exportações de panos de linho pelo Porto	
	Lisboa	Porto	Figueira	Total (a)	Varas	Índice (1805 = 100)
1796	22 137	56 774	14 113	93 024	—	—
1797	—	—	—	—	—	—
1798	—	—	—	—	2 793 727	147,2
1799	21 248	30 522	8 330	60 100	2 747 186	144,7
1800	19 913	51 434	10 060	81 514	2 054 282	108,2
1801	19 412	40 323	9 438	69 372	3 787 569	199,5
1802	27 996	70 188	9 325	107 696	2 038 435	107,4
1803	18 429	76 493	15 435	110 357	1 531 638	80,7
1804	34 910	41 698	17 493	94 980	1 602 414	84,4
1805	27 989	52 787	18 486	100 570	1 898 366	100,0
1806	14 787	109 983	14 810	141 210	1 716 970	90,4
1807	11 526	13 885	7 224	34 223	1 417 098	74,6
1808	—	—	—	—	—	—
1809	5 502	2 213	—	9 871	588 217	31,0
1810	26 254	20 415	1 536	49 813	545 948	28,8
1811	27 637	29 408	—	58 387	1 323 053	69,7
1812	12 782	14 283	852	28 771	663 956	35,0
1813	38 808	43 702	1 716	84 502	856 481	45,1
1814	34 808	63 299	1 367	102 602	836 882	44,1
1815	36 312	60 625	834	99 424	975 244	49,3
1816	40 092	52 100	5 110	97 700	961 870	50,7
1817	28 288	15 997	5 908	50 193	1 007 947	53,1
1818	14 151	15 914	1 517	32 292	1 567 325	82,6
1819	30 017	32 981	3 933	68 284	884 198	46,6
1820	33 905	61 276	4 272	100 400	885 901	46,7
1821	44 387	93 296	6 251	144 554	955 258	50,3
1822	22 237	49 552	4 889	77 182	745 176	39,3
1823	24 275	20 082	2 302	47 046	991 222	52,2
1824	51 774	40 637	972	93 445	648 782	34,2
1825	30 310	83 042	—	114 189	555 934	29,3

(a) O total, uma vez que estão incluídas pequenas importações por outras praças, não corresponde necessariamente à soma das parcelas anteriores.

disputa pelo mercado interno, obtiveram-se alguns êxitos. Foram possibilitados pelas habituais vantagens do trabalho doméstico — ainda que agora muito mitigadas — e pelo esforço de modernização técnica que, em resposta à reconstituição de um mercado reservado (o dos fardamentos das tropas), foi empreendido, desde 1818, em alguns estabelecimentos do Porto, da Covilhã e de Portalegre.

Embora com algumas variações e tonalidades, pode apreciar-se, em traços muito gerais, um comportamento comum aos mais importantes ramos industriais. Depois de um período em que as manufacturas britânicas parecem positivamente afogar a indústria nacional, após um afundamento das exportações, terá lugar uma recomposição que é já manifesta em 1816 e se fortalece dois anos mais tarde.

Quando é menor a concorrência — como nas sedas, nos chapéus e também nos curtumes —, os preços podem ser conservados, ou o seu decréscimo não se afigura superior à geral tendência deflacionária. Mas, quando é mais encarniçada a luta comercial — como nos algodões —, o ressurgimento faz-se à custa da depreciação das mercadorias e das remunerações. Os linhos e os lanifícios não serão capazes de voltar a abastecer as colónias, mas, de modos diferentes, mantêm uma presença importante junto dos consumidores do Portugal europeu.

A indústria recobrava ânimo. A maior parte dos índices, é certo, fica ainda abaixo do plano ganho antes das invasões francesas, mas o que é surpreendente, mesmo para alguns observadores coevos, é que tenham chegado tão longe. O contador-mor das balanças do comércio exprime-se assim: «[...] he para admirar, que as nossas poucas, e destruidas Fabricas [...], tenham podido conservar esses restos de vigor, que apenas lhe deixou a invasão Franceza; exportando huma somma de perto de 3 Milhões, alem dos mais productos seus, que se consomem neste Reino.»³³

A dimensão autêntica deste restabelecimento tem iludido a maioria dos estudiosos. O recurso a fontes inapropriadas³⁴, a utilização pouco criteriosa das estatísticas do comércio externo³⁵ e a simples manipulação dos valores, e não dos volumes, das exportações acabam por empolar e prolongar artificialmente a depressão³⁶ — que é, no entanto, profunda e indelmentível — e por esconder o alcance da restauração industrial.

Este clima de relativa bonança — em parte apenas aparente, como veremos — será de certo modo perturbado pela separação política do Brasil, que, apesar de vir consagrar um previsível afastamento, não deixou de provocar alguns sobressaltos.

As suas repercussões foram, no entanto, bem diferenciadas, consoante os sectores de actividade ou os ramos industriais. A chapelaria, por exemplo, em nada padece com as alterações, continuando em plena prosperidade (quadro n.º 9). A estamparia, por seu lado, conhece aflições apenas transitórias. Se bem que as entradas de tecidos de algodão ingleses sejam muito elevadas, suportando uma reexportação para Espanha que chega a ultrapassar 10 % de todas as saídas para o estrangeiro (quadros n.ºs 2 e 6), o escoamento dos estampados nacionais é reposto desde 1825 (quadro n.º 10).

Algumas produções, porém, como os linhos e as sedas, foram de facto prejudicadas. No primeiro caso, as exportações voltam a cair desde 1824

³³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Balança do Commercio [...]*, 1821.

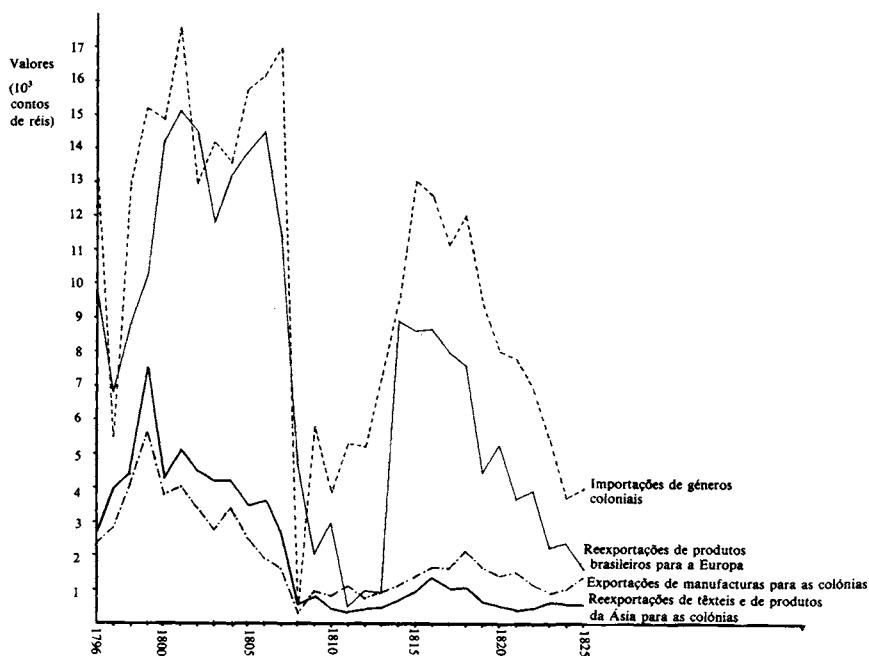
³⁴ Nomeadamente as listas de fábricas e os relatórios ministeriais que ou não são comparáveis, ou veiculam designios políticos imediatos.

³⁵ Não rectificando as mudanças de critério que surgem nas balanças de comércio e repetindo sistematicamente a série publicada por A. Balbi, *Essai Statistique sur le Royaume du Portugal et de l'Algarve*, Paris, 1822, t. 1, p. 445.

³⁶ Valentim Alexandre, «Um momento crucial [...]», que pela primeira vez rectificou as mais flagrantes mudanças de critério das balanças de comércio, não utiliza assim mesmo as quantidades.

(quadro n.º 11). E, para as sedas, as perdas são nitidamente mais graves, sendo plausível considerar uma desagregação do sector. Começada em Trás-os-Montes, atingiu o Porto em 1820 —quando são numerosas as oficinas inactivas—, para vibrar o derradeiro golpe na pequena tecelagem lisboeta, que paralisa em grande parte já em 1822.

Mais do que os novos rumos políticos, a que o grito do Ipiranga veio dar voz, o que parece estar em causa é a ruína do frágil edifício constituído pelas relações comerciais luso-brasileiras, tal como se configurava depois do rompimento do Pacto Colonial. O comércio transitário afundara-se e era visível o decréscimo das reexportações de géneros tropicais e de matérias-primas para a Europa e de manufacturas para o Brasil. O enfraquecimento das importações coloniais tornava-se notório desde 1819, muito antes da independência. Assim mesmo, a metrópole ia registando uma acumulação de défices nas suas trocas com o Brasil, que, minorada embora pelos volumosos embarques de vinhos³⁷, era a prazo insustentável (gráfico).



O fim do sistema colonial produzia os seus efeitos. Novas concorrências faziam-se sentir desde 1815, quando se abriu o contacto directo a todos os países. Um inexorável afastamento comercial entre Portugal e o Brasil, que a separação política não fez mais do que confirmar e acelerar, ia prosseguindo. Este distanciamento, para além das nefastas consequências que teve para os meios dos negócios —comprimindo os rendimentos

gerados no seu seio —, contrariou as possibilidades de penetração das mercadorias propriamente nacionais, designadamente das manufacturas, no mercado brasileiro, onde habitualmente compensavam, apenas em parte, é certo, as aquisições dos géneros coloniais. Os outros domínios não estavam em condições de responder a este entorpecimento das relações mercantis e não podiam minimamente colmatar esta perda, que pesava com severidade sobre a economia portuguesa.

V

A reapreciação das flutuações que marcam a vida económica de finais do século XVIII e do primeiro quartel do século XIX, alicerçada em séries estatísticas corrigidas ou mesmo de novo construídas, sugere imediatamente algumas observações. Perante esta reavaliação, as interpretações que a propósito dos movimentos conjunturais têm vindo a ser formuladas podem e devem ser questionadas e merecem, efectivamente, algumas reservas.

No âmago da questão está justamente um problema de medida: qual a verdadeira amplitude das oscilações, qual o seu significado real? O frequente empolamento das suas proporções tem servido de ponto de apoio às opiniões e considerações mais catastrofistas acerca do impacte económico da Guerra Peninsular.

Não está nem poderia estar em causa a realidade do colapso que resultou das hostilidades. Há uma plethora de ponderosos embaraços que, inegáveis e evidentes, tivemos já ocasião de enunciar. É necessário, porém, reconduzir o desastre às suas dimensões efectivas e, principalmente, ter o cuidado de não sobrestimar as expansões a montante e a jusante que, à sua imagem, facilmente podem sobressair.

Deve contestar-se, assim, por inaceitável à face das estatísticas e das informações qualitativas disponíveis, a ideia de que, na viragem para Oitocentos, uma irresistível vaga de optimismo atravessava o País, conduzindo-o ao limiar do crescimento económico moderno, e de que esse umbral só não foi franqueado porque, súbita e brutalmente, as invasões francesas interromperam uma caminhada vertiginosa. Não pode pensar-se que, por si só, tais acontecimentos — por severos que tenham sido os seus efeitos — tenham deitado a perder uma oportunidade histórica para o progresso económico e social, para o acompanhamento das mudanças que empurravam os outros países europeus e que, *ipso facto*, as possibilidades de modernização da sociedade portuguesa ficaram adiadas por décadas, ou talvez por séculos. Estas noções não têm em conta as circunstâncias reais do Portugal em transição para o século XIX.

À luz dos dados que recolhemos e construímos — confrontando, designadamente, exportações e reexportações de artigos manufacturados —, à luz, também, do enquistamento das inovações, que, muitas vezes precocemente introduzidas, não se difundem no tecido produtivo³⁸, o brilho dessa prosperidade, que durava ainda no primeiro lustro oitocentista, nitidamente empalidece.

³⁸ São numerosos os exemplos de máquinas prematuramente introduzidas e que vêm depois a sua divulgação bloqueada. Cf. cap. IV da nossa dissertação de mestrado.

Por outro lado, a surpreendente reposição de alguns índices de exportação — depois de uma crise tão pronunciada como aquela que dilacerou o País durante os conflitos napoleónicos —, mais do que uma espectacular recuperação industrial, do que um novo arranque no caminho da industrialização, parece indicar que, mesmo antes do colapso, a situação das manufacturas nacionais não era assim tão risonha, nem tão grande a sua importância para a globalidade da economia. Um aparelho produtivo mutilado só seria capaz de reconquistar, mesmo parcialmente, posições de relativa fraqueza.

O exagerado entusiasmo posto nas apreciações do fulgor industrial levou, como contrapartida, a uma enfatização dos nefastos corolários da crise e daria agora lugar, também, a uma nova valorização da reconstrução da indústria e dos seus mercados que se afigura completamente injustificada.

Sob estas oscilações, de algum modo superficiais — de cuja realidade e influência não temos o direito de suspeitar, contudo —, há que procurar as correntes de fundo. Os mecanismos e os bloqueios que desencadeiam ou inibem a industrialização não devem unicamente ser considerados em favores ocasionais ou em dificuldades de natureza circunstancial, por mais relevantes que sejam. A própria análise das conjunturas, que, em rigor, atenuou o alcance das flutuações, acaba por, ela própria, solicitar a descida ao plano das estruturas.

É, no entanto, uma caminhada difícil e tortuosa. Conhecemos ainda muito pouco da sociedade do Antigo Regime, a história social não consegue firmar uma tradição entre nós. Depois de algumas contribuições magistrais³⁹, as investigações têm ainda hoje um cunho essencialmente exploratório ou avisadamente parcial⁴⁰. O que se sabe, por pouco que seja, basta, contudo, para delinear um quadro que, em todas as suas tonalidades, parece pouco propício ao desenvolvimento da indústria, muito menos capaz de impulsioná-lo.

Cerne de grande parte das transformações que na Europa se vão processando, ao mesmo tempo que seu reflexo também, a extensão e acentuação da procura e a sua expressão nos mercados são extremamente tímidas em Portugal. A estrutura geoeconómica e social dos mercados, preservando embora, depois da crise, a malha industrial de uma completa desagregação, constitui um impedimento para a proliferação ou actualização técnica das unidades produtivas.

Do ponto de vista geográfico, os mercados continuam vincadamente divididos, espartilhados, raramente ultrapassando a dimensão da região ou, até, da vizinhança. A inexistência de uma rede de estradas, a absoluta aspereza dos caminhos e a falta de vias navegáveis — que beneficiam apenas algumas áreas privilegiadas — muito contribuem para a persistente fragmentação do espaço económico.

Devem, porém, ser considerados vários níveis de integração mercantil, consoante os produtos transaccionados; e são exactamente as manufactu-

³⁹ Designadamente as obras de Magalhães Godinho e Borges de Macedo.

⁴⁰ Joaquim Romero de Magalhães, «Reflexões sobre a estrutura municipal portuguesa e a sociedade colonial brasileira», in *Revista de História Económica e Social*, 1985, n.º 16; Nuno Gonçalo Monteiro, «Notas sobre a nobreza, fidalguia e titulares nos finais do Antigo Regime», in *Ler História*, 1987, n.º 10, por exemplo.

ras que melhor parecem aguentar o custo da distância⁴¹. A teia das feiras continua a configurar a arquitectura fundamental do comércio interno. Deste modo se revela, como já na época sublinhava Vila-Nova Portugal⁴², a sua fraqueza e a sua volubilidade.

Mas estes mercados episódicos, em número impressionante⁴³, se testemunham de um lento processamento das trocas, podem, no seu conjunto, pela sua multiplicação, pela sua sucessão no tempo, traçando itinerários e atraindo mercadores e pequenos produtores, suportar uma razoável fluidez do comércio. A actividade mercantil persistirá no seu vagar e na sua compartimentação, é certo, até porque as formas de fiscalidade local e a defesa da autonomia pelas oligarquias concelhias⁴⁴ agiam seguramente nesse sentido.

Mais do que esta dispersão, do que esta divisão espacial, no entanto, são a pobreza geral de um país — que provocou viva impressão em vários viajantes estrangeiros, embora seja prudente matizar alguns dos seus excessos descritivos — e aquilo que poderemos designar por estratificação social dos mercados que se afiguram mais aflitivas.

A agricultura pouco ou nada progrediu ao longo de Setecentos, contando a seu favor, principalmente, com a prodigiosa escultura das encostas da bacia do Douro. Algumas regiões terão conhecido mesmo um retrocesso⁴⁵ e à falta de modificações estruturais vinham juntar-se as crises cíclicas de escassez, que recrudescem na passagem para Oitocentos. De qualquer modo, a produtividade agrícola, que se mantinha a níveis muito baixos, era pouco susceptível de alimentar imponentes centros económicos onde crescesse um dinamismo de cariz essencialmente urbano.

As cidades, por isso, na configuração que assumiam geralmente na Europa mais adiantada, eram praticamente desconhecidas em Portugal. Favorecidos pela morosidade e custo das comunicações, de que padecia, antes de mais, o interior, certos nódulos de actividade, onde se estabeleciam alguns, poucos, recebedores de rendas — que a maioria viera para perto da Coroa —, eram capazes de imprimir a sua influência sobre regiões amplas, de que tiravam substância e a que prestavam serviços. Do ponto de vista funcional, podiam estas localidades desempenhar papéis de alguma relevância, mas a sua falta de envergadura demográfica limitava drasticamente a sua expressão no consumo, atribuindo-lhes fundamentalmente o lugar de encruzilhadas na redistribuição de réditos e produtos.

Na verdade, neste dealbar do século XIX, Portugal tinha apenas duas cidades de dimensão europeia. Lisboa, a capital, com mais de 160 000 habitantes, lugar de residência dos mais ricos, sede da corte, drenando para si os rendimentos do Império era, apesar da sua perda de fôlego, um volumoso tumor no tecido populacional português. O Porto, com cerca de 45 000 moradores, polarizava a economia de uma vasta região, a que ser-

⁴¹ David Justino e Mafalda Soares da Cunha, «As feiras de Estremoz — uma primeira contribuição para o estudo dos mercados regionais no Antigo Regime», in *Revista de História Económica e Social*, 1983, n.º 11, p. 109.

⁴² Tomás António de Vila-Nova Portugal, «Memória sobre a preferência que entre nós merece o estabelecimento dos mercados ao uso das feiras [...]», in *Memórias Económicas da Academia [...]*, vol. 2, Lisboa, 1792, p. 1.

⁴³ J. B. Macedo, *Problemas [...]*, pp. 142-143.

⁴⁴ J. Romero de Magalhães «Reflexões [...]».

⁴⁵ D. Justino, «Crises e 'decadência' [...]»; Aurélio de Oliveira, *A Abadia de Tibães 1630/80-1813*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras do Porto, vol. II, p. 67.

via de escápula. Mas, além destas duas aglomerações, apenas outras seis alojavam mais de 10 000 pessoas⁴⁶. Para que se tenha uma ideia do raquitismo da urbanização portuguesa, bastará lembrar que a vizinha Espanha, longe de ser, no entanto, um modelo de sociedade urbanizada, contava já com quarenta povoações neste escalão⁴⁷.

Ora, para esta época, o nível de urbanização constitui um instrumento inestimável para aferir a capacidade dos mercados internos⁴⁸. Nas cidades, a divisão do trabalho aprofunda-se, o autoconsumo é cerceado, diversificam-se as estruturas socioprofissionais, crescem e afirmam-se os grupos intermédios, que, na Europa, serão em larga medida responsáveis pelo aumento da procura. Mas onde estão, em Portugal, tais agrupamentos? Faltam completamente as cidades médias, é gritante a tibieza da população urbana, pelo que a sua atrofia — e com ela a do consumo interno — parece inescapável.

Não era a multidão dos camponeses ou o desafogo de alguns lavradores — intérpretes, uns e outros, de uma agricultura por modernizar — que estavam em condições de ajudar a comercialização dos artigos da indústria nacional. Os seus rendimentos, geralmente modestos, sofriam ainda uma punção considerável, sob a forma de foros, rendas e impostos laicos ou eclesiásticos⁴⁹. Além de ter um fraco poder de aquisição, a população rural não exprimia muitas vezes as suas necessidades nos mercados, a não ser nas feiras, junto dos bufarinheiros ou num comércio de vizinhança, preferindo, quando possível, a produção para consumo próprio, que amiúde escapa à observação do historiador⁵⁰.

As compras da aristocracia — e bem assim do Estado e da Igreja —, essas sim, pesavam decididamente na estrutura mercantil nacional. Renovada episodicamente, por um processo de capilaridade social que promove essencialmente os negociantes mais ricos, sustentada e forjada mesmo em parte pelo Estado⁵¹, esta aristocracia açambarcava uma fracção importantíssima dos rendimentos nacionais. Formada por grandes proprietários, armazenistas de produtos agrícolas, monopolizando os mais altos cargos administrativos, tanto no Reino como nas colónias, não enjeitando participar nos mais variados negócios⁵², gozava de chorudos réditos, que ostensivamente dissipava, adquirindo nas lojas os géneros mais sofisticados, que tinham, em múltiplos casos, proveniência estrangeira. Na sua órbita giravam ainda autênticos batalhões de criados, que ela sustentava, adensando-se nas cidades, e muito particularmente em Lisboa.

Fragmentado e disperso, o consumo interno, além de muito constrangido, achava-se socialmente enviezado, concentrando-se num estreito grupo superior, em resultado de uma distribuição da população e de uma repartição dos rendimentos que em nada contribuíam para a sua homogeneização e para o seu crescimento.

Esta estrutura geoeconómica e social dos mercados auxiliou, contudo, durante algum tempo, como tivemos já ocasião de ver, um rudimentar

⁴⁶ Fernando de Sousa, *A População Portuguesa nos Inícios do Século XIX*, dissertação de doutoramento, dactilografada, Porto, 1979, pp. 176-233.

⁴⁷ V. M. Godinho, *A Estrutura da Antiga Sociedade [...]*, p. 35.

⁴⁸ N. F. R. Crafts, «Industrial Revolutions [...]», pp. 438-440.

⁴⁹ V. M. Godinho, «Portugal and her Empire [...]», p. 539.

⁵⁰ Fernand Braudel, *Civilisation matérielle [...]*, vol. II, p. 44.

⁵¹ Nuno G. Monteiro, «Notas sobre nobreza [...]», pp. 31 e 43.

⁵² V. M. Godinho, «Portugal and her Empire [...]», pp. 537-538.

adiantamento da indústria, que se apoiou em grande parte nos gastos desta aristocracia e do Estado e, sobretudo, na procura gerada no ultramar, onde a actividade manufactureira continuou proibida até à suspensão do Pacto Colonial.

VI

O padrão deste fruste desenvolvimento industrial continha, desde os primeiros passos, uma ameaça de estrangulamento. Sem um sólido contingente de consumidores certos na metrópole, as flutuações dos mercados coloniais, sempre mais inseguros, eram muito mais perigosas e restritivas. A crise do Império e a transferência da corte para o Brasil foram, por isso, sentidas como gravames insuportáveis.

Apesar de tudo, algumas das circunstâncias estruturais que consentiram o progresso da pequena indústria — que é uma das facetas desse avanço das ocupações manufactureiras — mantêm-se depois da depressão e vão ajudando à sua sobrevivência. A produção na ruralidade, pertencendo ao modo de vida das populações, vincadamente incisa nos mercados locais, gozando da vantagem de uma mão-de-obra abundante e disposta a aceitar baixíssimas remunerações reais⁵³, exibia uma invejável flexibilidade, uma extraordinária capacidade de adaptação.

Esta mesma versatilidade, que fazia a força do sistema proto-industrial, só permitiria, contudo, uma mutação no sentido de formas mais modernas de trabalho quando da extensão do consumo resultasse uma tensão insustentável no quadro da sua estrutura produtiva. De outro modo, as próprias condições que proporcionaram a proto-industrialização — e que defendem o tecido industrial de uma ruptura completa perante a crise e a concorrência estrangeira — constituem-se em bloqueamentos à industrialização nos novos moldes europeus.

Com efeito, o movimento de inovação técnica e organizacional, em que estão implícitas as grandes mudanças económicas e sociais, supunha um estímulo importante, uma poderosa pressão sobre as possibilidades de produção, que justificassem os novos investimentos e a assunção dos riscos próprios da transformação dos processos de trabalho. Embora discretamente, primeiro a exigência da substituição de importações, com o encerramento do «ciclo» do ouro, e depois o renovado fulgor colonial empurraram a produção industrial portuguesa, que, receosamente, sempre foi respondendo pela adopção — por vezes precoce — de algumas inovações.

São, contudo, realizações elementares e as suas repercussões na estrutura industrial serão também, naturalmente, contidas. A timidez deste esforço de assimilação de aparelhos e modos de trabalho que iam surgindo no estrangeiro — mobilizando cerca de uma vintena de unidades — é imputável, em parte, à ticanhez dos mercados. Mas havia todo um conjunto de outros obstáculos que se erguiam no caminho da modernização e que só custosamente podiam ser suplantados.

Em princípio, a participação na mesma área civilizacional onde se caldeavam as grandes novidades técnicas e a densidade de comunicações com

⁵³ Hans Medick, «The Proto-industrial Family Economy: the structural function of household and family during the transition from peasant society to industrial capitalism», in *Social History*, Outubro de 1976, pp. 291-319.

esse próximo mundo europeu jogavam a favor do conhecimento e da incorporação — sem aflições de maior — dessas mudanças. Ora as guerras da Revolução Francesa e os bloqueios entorpeceram a fluidez desses contactos e provocaram cesuras no que era um espaço relativamente aberto. Quando se retomou a normalidade, a superioridade britânica, muito mais ameaçadora, tornara-se, principalmente para Portugal, uma dificuldade acrescida na viagem da industrialização⁵⁴.

A proximidade cultural entre Portugal e a Europa economicamente mais adiantada escondia, aliás, desigualdades assinaláveis. Não existia, pode dizer-se, uma capacidade de inovação original. As invenções reclamadas nas reivindicações de exclusivo — que quase todas respeitavam à introdução de melhoramentos importados —, se exceptuarmos alguns aperfeiçoamentos das máquinas de destilação, nenhuma das consequências poderiam ter para o desenvolvimento da indústria nacional⁵⁵.

A transmissão dos conhecimentos técnicos continuava a apoiar-se nas relações familiares, na passagem de pais para filhos de um saber fazer tradicional e ainda no regime de aprendizado do artesanato urbano e dos novos estabelecimentos fabris. A rotina, a mera repetição de práticas ossificadas por séculos de hábitos ancestrais levantavam elevadas barreiras à mudança, eram um crivo apertado que só raras inovações podiam atravessar.

A única maneira de romper este ciclo vicioso, de sair deste circuito que se auto-reproduzia, era a inserção de um elemento que lhe fosse essencialmente estranho: a aquisição de máquinas ou o recrutamento de técnicos no estrangeiro, expedientes que aliás se combinam, uma vez que os novos aparelhos quase sempre exigiam a formação de mão-de-obra que com eles haveria de laborar, sendo por isso acompanhados por um profissional habilitado, que se encarregaria de ensinar os trabalhadores portugueses.

Numa estratégia de modernização dos estabelecimentos industriais, estes eram, na realidade, os únicos recursos que se apresentavam ao dispor dos empresários e administradores nacionais. Por isso, sempre que se opta por fazer avançar a indústria de forma mais acelerada, acentuam-se estes procedimentos. Quando Ericeira planeia a reforma dos lanifícios, não contrata mestres ingleses?⁵⁶ Sob o governo de Pombal, o Estado não apoia inúmeras iniciativas de franceses e italianos, que são chamados a Portugal ou espontaneamente vêm oferecer os seus préstimos?⁵⁷ E ainda quando termina o século XVIII, não se angariam vários especialistas britânicos?⁵⁸

Este tipo de actuação, certamente insubstituível, só poderia ter alguma eficácia, porém, se fosse assumida como um paliativo transitório, isto é, se desse lugar a um autêntico incremento da capacidade tecnológica propriamente nacional, designadamente através da constituição de um corpo de artífices altamente qualificados que viessem a substituir as primeiras gerações de mestres estrangeiros. De outra maneira, a contínua importação de

⁵⁴David Landes, *The Unbound Prometheus. Technological change and industrial development in Western Europe from 1750 to the present*, Cambridge, 1969, p. 147; Sidney Pollard, *European Economic Integration, 1815-1970*, Londres, 1974, p. 12.

⁵⁵AHMOP, JC 9.

⁵⁶J. B. Macedo, *Problemas [...]*, pp. 30-39.

⁵⁷J. B. Macedo, *A Situação [...]*, cap. v.

⁵⁸Veja-se, por exemplo, Verdier, «Memória sobre as fiações [...]».

máquinas e dos seus operários haveria de criar uma dependência que conservaria a inferioridade da indústria nacional, para além de se revelar um caminho semeado de contrariedades.

Pese embora a ineficiência dos Estados no controlo dos seus territórios e na imposição dos seus ditames, a verdade é que as políticas que visavam evitar, mormente em Inglaterra, a saída da maquinaria ou dos segredos que mais favoreciam o aumento da produtividade industrial não deixavam de se traduzir em alguns embaraços para os que tentavam ter acesso a essas novidades. Se as proibições não impediram a disseminação de informações e equipamentos, desencorajaram certas iniciativas e aumentaram-lhes os custos, já de si elevados pela concorrência entre os numerosos industriais europeus e seus agentes que se apresentavam nos grandes centros de inovação.

A assimilação das técnicas alheias deveria, por isso, conduzir à sua imitação e reprodução, se se queria tirar todo o proveito desta via de modernização: era, de resto, o que acontecia nos países que mais cedo começaram a trilhar o rumo aberto pelos Britânicos. Ora, em Portugal, os artifices imigrantes só muito raramente construíram as máquinas, limitando-se, em geral, a trabalhar com as que primitivamente tinham vindo do exterior. Queixavam-se da falta de qualificações de base dos operários portugueses, da inexistência de especialistas de mecânica (relojeiros, por exemplo), lutavam com a incipiência de uma metalurgia que, após alguns ensaios em Moncorvo e na Foz de Alge, permanecia à margem das novas modalidades de trabalho⁵⁹.

Alguns técnicos estrangeiros ainda conseguiram ensinar os mestres portugueses que lhes sucederam na direcção operacional das fábricas. Mas, não se renovando, os conhecimentos estiolavam e perdiam-se rapidamente. Deste inêxito, a própria disposição dos imigrantes é também responsável. Uns, como quase sempre acontece em casos semelhantes, eram simples impostores, e o Estado e os industriais davam tardiamente pelo embuste. Os outros, na sua maioria, tinham a pretensão de se tornarem empresários independentes, reivindicando, para tanto, o auxílio da Coroa.

A mudança de política que sobreveio com a Viradeira, fazendo cessar subsídios e participações do Tesouro, frustrou a ambição de muitos. Mas para uma grande parte prevalecia o desígnio inicial, pelo que evitavam comprometer-se decididamente com os estabelecimentos que serviam, principalmente quando não pertenciam ao Estado. Os conflitos que habitualmente decorriam destas situações e de uma penosa falta de integração social — amiúde desembocando no alcoolismo e em problemas disciplinares — sublinhavam a deficiência de uma estratégia que confiava em primeira instância, porventura excessivamente, no recrutamento pouco criterioso de profissionais estrangeiros.

Os próprios operários nacionais, aliás, não estavam nas melhores condições para plasmar o novo saber que, eventualmente, lhes haveria de ser transmitido. Não existem, para a época que estudamos, estatísticas minimamente satisfatórias no que diz respeito à educação, apenas alguns dados esparsos coligidos por Balbi⁶⁰. Mas, dessas informações — que expõem o

⁵⁹ Informações do corregedor de Moncorvo, 1794, AHMOP, MR 41, Mc 1; Guilherme de Eschwege, «Memória sobre as dificuldades das fundições e refinações nas fábricas de ferro», in *Memórias Económicas da Academia [...]*, vol. 4, Lisboa, 1812.

⁶⁰ A. Balbi, *Essai Statistique [...]*, t. II, pp. 35 e segs.

esboramento da cobertura do território pela rede de escolas de «primeiras letras» — e do que se conhece relativamente a períodos posteriores, poderemos inferir que o analfabetismo era quase generalizado.

Ora este problema — embora não fosse, a não ser excepcionalmente, sentido como tal — era verdadeiramente aflitivo, continuando a sê-lo até aos nossos dias. Com efeito, um elevado nível de alfabetização tem sido apontado, em investigações recentes, como um dos recursos que melhor podem dotar as sociedades da capacidade de recuperar de situações de atraso económico⁶¹.

Para além da absoluta insuficiência da educação elementar, as escolas médias e, entre elas, as que conferiam uma preparação técnica eram estabelecimentos perfeitamente excepcionais e que na esfera industrial não existiam. O esforço pombalino, de que a Aula do Comércio representa o instrumento mais conhecido, mas que contou com uma ou outra escola na dependência da Real Fábrica das Sedas⁶², que depressa, é certo, definham, não encontrou continuidade. O Colégio Real das Artes de Coimbra, preparando muitas vezes o ingresso na Universidade, e as Escolas de Retórica, Grego, Filosofia Moral e Racional não podiam também servir de pontos de apoio à criação de uma nova mentalidade técnica e científica.

A própria Universidade, permanecendo, apesar das reformas, afastada das grandes correntes de renovação da maneira de pensar que faziam mover a Europa ocidental, teria um contributo necessariamente pobre para a geração de um ambiente cultural propício à inovação. A sua colaboração para o desenvolvimento técnico-industrial resume-se à participação no aperfeiçoamento de alguns processos de fabrico da cerâmica⁶³.

A Academia Real das Ciências, surgindo como uma instituição que se pretendia diferente, porventura complementar, da Universidade, projectava originalmente desenvolver uma larga actividade na difusão dos conhecimentos técnicos e científicos. Afirmando, no seu programa, a necessidade e o valor de um crescimento das manufacturas que transformassem as matérias-primas nacionais, privilegiava o recenseamento e a avaliação desse tipo de recursos. Corporação de prestígio, mais à maneira da Royal Society de Londres e das suas congéneres italianas do que das mais profícuas academias francesas e escocesas, que se iam libertando do espartilho do mecenato, mal dotada de equipamentos essenciais, as suas preocupações acabaram por revelar-se em grande medida inconsequentes, e a obra de divulgação, que aflora nas suas numerosas publicações, não sendo estéril, teve uma escassa eficácia social.

Muito mais do que a Academia, foram, apesar de tudo, as escolas militares, criadas no último quartel do século XVIII, que, proporcionando uma instrução de cunho mais prático e aplicado, puderam apoiar, modestamente embora, a ampliação dos dotes técnicos nacionais. É o caso, por exemplo, do motor da Real Fábrica de Papel de Alenquer, concebido por José Michelotti, lente de Hidráulica da Academia de Fortificações⁶⁴. Os militares dominavam, aliás, na época, as disciplinas científicas, como poderá confirmar-se pela sua presença nas classes da Academia das Ciências.

⁶¹ Rondo Cameron, «A new view [...]», pp. 17-21.

⁶² J. Acúrsio das Neves, *Noções Históricas* [...].

⁶³ Manuel Dias Baptista, «Ensaio de uma descrição física e económica de Coimbra e seus arredores», in *Memórias Económicas da Academia* [...], vol. 1, pp. 293-297.

⁶⁴ Plano e projectos da Fábrica de Papel de Alenquer, BNL, Res., Cód. 610, fls. 49-58.

Condenadas a uma recatada participação no progresso tecnológico, todas estas instituições não encontravam, para mais, sucedâneos em outras organizações colectivas que emanassem de certos grupos sociais ou que viessem dar voz a círculos culturais. Em 1780, em Ponte de Lima, ainda se fundou, com o apoio da Junta da Administração das Fábricas do Reino, uma sociedade patriótica que se propunha, entre outros desideratos, contribuir para o fomento da indústria. Tratou-se, porém, de um empreendimento isolado que, como tal, não teve sequência.

Só depois da revolução liberal de 1820 se retomou a ideia da constituição de uma associação para a divulgação das novidades técnicas e para o progresso da economia. Assim apareceu a Sociedade Promotora da Indústria Nacional, mas, porque apenas contasse com 15 % de industriais entre os seus sócios ou porque enfrentasse poderosos obstáculos de ordem política no seu funcionamento, a prossecução dos seus objectivos programáticos ficou muito aquém das expectativas, acabando por desempenhar um papel bastante apagado na promoção do adiantamento técnico, em particular na esfera industrial propriamente dita⁶⁵.

Este panorama, nada animador, justificava inteiramente o desabafo de um industrial: «Reduzida a indústria portuguesa a alguns mestres rotineiros sem escolas de Química, e Mecânica, sem sociedades promotoras, sem protecção, que mais pode esperar a Nação?»⁶⁶.

VII

As estruturas da sociedade portuguesa convidavam mais à prudência, talvez mesmo à inércia, do que aos grandes esforços de modernização. A grosseira armadura dos mercados, geograficamente espartilhados e socialmente distorcidos, na sua pulsação irregular, não podia dar azo às bruscas acelerações da vida mercantil, que tantas vezes criam o ensejo da mudança, acordam energias criadoras e induzem a inovação. Mas, ainda que assim fosse, mesmo que, pela parte da procura, se libertassem os estímulos adequados, seria necessário contornar terríveis escolhos para que houvesse uma resposta positiva em tempo útil.

A inexistência de um pujante movimento de criação cultural e técnica original, a falta de qualificações profissionais e científicas, e bem assim de instituições habilitadas para as cultivar e desenvolver, prejudicavam a própria assimilação das novidades por outros introduzidas. Erguia-se, assim, uma barreira de condicionalismos adversos, capazes de frustrar os mais arrojados e ambiciosos projectos. Mas existiriam esses projectos? De onde surgiam eles?

Era pouco provável que proviessem da área de um Estado que, findo o consulado de Pombal, restringira manifestamente a sua participação na actividade industrial. Essa foi, aliás, com a circulação dos ocupantes de alguns dos mais altos cargos políticos, uma das mais visíveis alterações que acompanham a passagem de reinado.

⁶⁵ Com efeito, a noção de indústria na designação desta associação recobria ainda toda a actividade económica, não se referindo especificamente às ocupações manufactureiras; daí os industriais propriamente ditos estarem em minoria entre os seus membros.

⁶⁶ *Exposição Que como Membro da Comissão Encarregada de Propor o Melhoramento do Commercio Faz Henrique Nunes Cardozo [...]*, Lisboa, 1822, p. 5.

Não se trata, aqui, ao contrário do que chegou a ser sugerido⁶⁷, de um reconhecimento das virtualidades da concorrência e muito menos de uma preocupação liberalizadora. Prosseguirão diversas formas de protecção, possivelmente mais discretas: privilégios fiscais, tarifas aduaneiras, etc. Mas a transmissão para a propriedade ou gestão de particulares de uma grande parte dos estabelecimentos fundados pelo Estado e a virtual eliminação dos subsídios do Tesouro consubstanciam uma diferente atitude perante a indústria.

Aliás, distintas serão também as concepções ideológicas que informam a política económica que desde então, com alguns cambiantes, é certo, prevalecerá. Depois do fomento manufactureiro pombalino, de tonalidade mercantilista, triunfante numa conjuntura recessiva, em que a substituição das importações se impunha como a única maneira de prover ao consumo de certos bens industriais, desenvolve-se, presumivelmente como reacção, uma corrente vincadamente agrarista, que se fortalece numa leitura — quantas vezes desfocada — da literatura fisiocrática e que se exprime, por exemplo, nas *Memórias Económicas da Academia*⁶⁸.

Mergulhando as suas raízes em algumas das mais vivazes representações que, cristalizadas num profundo substrato, vão orientando silenciosamente eixos fundamentais do pensamento nacional, bebendo designadamente na mitologia da original vocação agrária portuguesa, na vaga prosperidade da primeira dinastia e na temática sempre ressurgente da decadência, este ideário pôde inclusivamente apropriar-se, mais tarde, de noções modernas em que o liberalismo nascente fazia profissão de fé. A Carta Régia de 7 de Março de 1810 vem justificar a assinatura do tratado de comércio com a Grã-Bretanha através dos «princípios mais demonstrados da sã Economia Política, quaes o da Liberdade, e franqueza do Commercio [...]». Na divisão do trabalho caberia a Portugal o papel de produtor de géneros agrícolas.

Não há, em qualquer caso, entre os principais economistas, mormente antes das invasões francesas, uma consciência da magnitude das transformações que agitavam a Europa na esteira da revolução industrial. Haverá uma ou outra excepção, como Manuel Luís da Veiga⁶⁹, mas a sua audiência junto do poder era muito limitada. Os académicos e os universitários, como Domingos Vandelli⁷⁰ ou Rodrigues Brito⁷¹, cultivando uma fisiocracia mais ou menos ortodoxa, persistiam na absoluta preferência da agricultura.

Depois das invasões e da transferência da corte para o Rio de Janeiro, a governação valorizou prioritariamente os interesses brasileiros e só secundariamente se ocupou das aflições metropolitanas. Só assim pode entender-se o percurso de uma figura como D. Rodrigo de Sousa Couti-

⁶⁷ J. B. Macedo, *Problemas [...]*, p. 223.

⁶⁸ Embora haja que ter em atenção que o tom fisiocrático se resume muitas vezes ao agrarismo. Os postulados mais liberais e individualistas e a ideia de que através da prossecução dos interesses individuais se alcançará o bem comum não são geralmente aceites, havendo também uma acentuada preocupação com o produto total, nomeadamente dos cereais, sem ter em conta os custos.

⁶⁹ Manuel Luís da Veiga, *Escola Mercantil*, Lisboa, 1803.

⁷⁰ Dos seus vários escritos, dispersos e muitos deles por publicar, citem-se as suas memórias incluídas nas *Memórias Económicas da Academia*, e em particular a «Memoria sobre a agricultura destes Reinos e das suas conquistas» e a «Memoria sobre a preferência que em Portugal se deve dar à agricultura sobre as fábricas», t. 1, Lisboa, 1789.

⁷¹ J. J. Rodrigues de Brito, *Memorias Politicas sobre as Verdadeiras Bases da Grandeza das Nações e Principalmente de Portugal*, 3 vols., Lisboa, 1803-05.

nho, homem de vasta cultura, conhecedor, dos mais precoces entre nós, dos novos rumos da economia política, que, tendo-se destacado na promoção da indústria, era agora apontado como um dos principais arquitectos da política do Governo do Rio e do acordo luso-britânico. O seu conselheiro, José da Silva Lisboa, indefectível smithiano, aplaude o tratado, colocando-se na perspectiva das vantagens que o Brasil dele podia vir a retirar, e utiliza os argumentos mais radicalmente liberais para contrariar a ideia da necessidade de uma protecção manufactureira. Se terça armas com Rodrigues de Brito, não é, pois, em defesa da indústria⁷².

Quando os efeitos da crise e a pressão da concorrência se fazem sentir na sua plenitude, novos olhares perscrutam a realidade industrial, outros juízos, mais atentos às experiências europeias e à situação crítica vivida em Portugal, serão emitidos sobre a necessidade de protecção e de fomento. Em geral, porém, a sua tradução em decisões de ordem política é muito ténue.

As posições de Francisco Solano Constâncio, de José Acúrsio das Neves — que exprimem, de modos diferentes, uma lúcida percepção das mudanças em marcha — e, bem assim, de alguns reputados vintistas revelam por inteiro a envergadura dos transtornos de que a indústria padecia. Mas, mesmo quando são homens próximos dos poderes, ou que têm até assento nas suas estruturas, como Acúrsio das Neves, que praticamente dirigiu, durante algum tempo, a Junta do Comércio, não conseguem inverter as concepções dominantes, nem dotar o Estado dos instrumentos que favoreçam a actividade industrial.

O Alvará de 28 de Abril de 1809 continuou a fornecer o enquadramento de protecção à indústria, mas algumas das facilidades que previa — entre as quais a atribuição de prémios e subsídios a custear pela lotaria — não foram por diante. O recurso indiscriminado ao exclusivo, por outro lado, contemplando não apenas os inventos propriamente ditos, mas também a simples introdução em Portugal de aparelhos e métodos que há muito podiam ser conhecidos no estrangeiro, não podia deixar de entravar, a longo prazo, a difusão das inovações que, circunscrevendo-se às fábricas onde eram inicialmente aplicadas, não se divulgavam. De resto, mais do que a primeira adopção das novas máquinas, era a sua disseminação no tecido industrial — sem a qual permaneceriam economicamente inócuas — que se achava bloqueada.

Podemos concluir, portanto, que a governação nunca se deixou efectivamente permear pela noção do lugar estratégico que a indústria haveria de ter no desenvolvimento económico. Distanciando-se de uma intervenção directa nos empreendimentos industriais, o que, na época, podia ser até uma disposição favorável, o poder não providenciou, contudo, as condições para que outros pudessem concorrer para o seu adiantamento. Incapaz de gerir e controlar o território nacional, de chegar junto das populações, vivendo das receitas do Império e das alfândegas, não tinha, por exemplo, nem os meios nem as motivações para construir estradas, abrir ou reparar caminhos, rasgar no País as vias da circulação interior. O problema dos transportes continuaria, assim, por muito tempo ainda, a afligir a economia portuguesa.

⁷² José da Silva Lisboa, *Princípios de Economia Política para Servir de Introdução à Tentativa Económica*, Lisboa, 1804, contestou as objecções de Rodrigues de Brito às posições de Adam Smith. A réplica surgiria na «Apologia» que abre o vol. III da obra de Brito.

De qualquer modo, o Estado nunca poderia constituir-se em motor da industrialização: não dispunha, nem poderia dispor na altura, dos instrumentos necessários para planear a vida económica. As políticas de fomento manufactureiro, quando marcadas pela acção tentacular das administrações, como várias vezes aconteceu durante o século XVIII, revelaram-se quase sempre transitórias e inconsequentes, quando não comprometeram mesmo antecipadamente o crescimento no futuro⁷³.

Os actores primordiais seriam forçosamente, pois, os empresários privados, que devemos procurar conhecer melhor. Uma elementar apreciação sociológica permitirá facilmente identificar os protagonistas da tímida industrialização portuguesa. Entre a miríade de mestres de oficinas sobrepuja um punhado de negociantes, isto é, de homens que pertencem ao escalão superior do mundo mercantil. Dominam, através dos jogos dos mercados, da sua invejável posição comercial, não só a pequena produção de extensas áreas da ruralidade, mas também certas faixas do artesanato urbano. Isoladamente ou participando em sociedades, são eles os proprietários das maiores unidades e os concessionários dos estabelecimentos do Estado.

As manufacturas e, por maioria de razão, a fábrica moderna, os novos modos de produção, supunham um dispêndio inicial em equipamentos e instalações que poucos, além dos comerciantes grossistas, podiam ou queriam suportar. No auge do fomento pombalino, alguns artífices estrangeiros de talento puderam ainda beneficiar de fundos do erário para estabelecerem o seu negócio; outros foram depois contemplados pela transmissão aos particulares das manufacturas da Coroa, decidida nos começos do reinado de D. Maria. Mas, suprimidos os subsídios, o grupo dos maiores empresários industriais ficou, desde então, mais estreitamente tributário do grande comércio.

Os negociantes encontrar-se-ão, com efeito, na condução das iniciativas mais importantes, associando-se frequentemente, para tanto, a técnicos imigrantes e rendendo o Estado. O seu empenhamento na indústria integra-se em estratégias de enriquecimento poliforme, numa prolixa diversificação de interesses, em que se conjugam, ainda, a agricultura e distintas variantes do comércio. Este procedimento, comum aliás às grandes dinastias burguesas da Europa⁷⁴, mostrava-se particularmente aconselhável num ambiente que pouco tinha de propício aos projectos mais ambiciosos. Por vezes, são as próprias adversidades encontradas nos tráficos em que tinham acumulado as suas fortunas que os chamam às manufacturas. Outras vezes, são a sempre sedutora exploração dos contratos do Estado ou a possibilidade de desenvolverem actividades complementares ou afins dos seus negócios habituais que os atraem para o investimento industrial.

Não se desligam, porém, senão excepcionalmente, das suas mais antigas ocupações — o mundo comercial continuava a ser tentador —, nem se desvinculam da sua qualidade de negociantes matriculados, que orgulhosamente ostentam, o que não deixa de se reflectir nos padrões que imprimem à indústria. Habitados à mais rápida rotação dos capitais, dirigiam à distância, na maioria dos casos, as unidades produtivas, proporcionando fraudes e conflitos, e não dispunham dos conhecimentos que iluminassem

⁷³ David Landes, *The Unbound Prometheus* [...], p. 136.

⁷⁴ Yves Lequin, «As hierarquias da riqueza e do poder», in Pierre Léon (dir.), *História Económica e Social do Mundo*, vol. IV, Lisboa, 1982, pp. 291-293.

as suas opções de ordem técnica. Enfim, tinham os meios, os cabedais, mas não estavam em condições de gerir com eficácia e de modernizar as fábricas. A seu crédito ficam, apesar de tudo, os principais esforços para a introdução das novas máquinas ou para o recrutamento de especialistas estrangeiros, no que gastaram somas consideráveis. Mas quantas vezes não abandonam prematuramente, às primeiras contrariedades, empreendimentos que pareciam prometedores? A sua sorte não estava vitalmente associada ao destino das suas empresas industriais.

A proverbial inibição dos capitalistas nacionais — que não é, apesar de tudo, nem tão flagrante nem tão generalizada quanto habitualmente se pensa — deve ser considerada à luz dos condicionalismos concretos que pautavam a actividade empresarial portuguesa no primeiro quartel de Oitocentos. Não valerá a pena sublinhar de novo a falta de protecção e o desinteresse do Estado ou o insuficiente impulso do consumo. Na verdade, algumas oportunidades dos mercados ficaram sem resposta: a fiação e a tecelagem do algodão, que contavam com fáceis fornecimentos de matéria-prima e com extracção certa na metrópole e no ultramar, não singraram, nem foram capazes de substituir a importação dos panos indianos. Ao desenvolvimento industrial preferia-se muitas vezes a mais cómoda reexportação das manufacturas alheias.

Mesmo os mais activos e arrojados empresários que existiam, e de quem não pode negar-se o espírito de iniciativa⁷⁵, se debatiam, contudo, num mar de dificuldades, em que não devem ser subestimadas as próprias resistências sociais — sejam elas mais espontâneas ou mais organizadas — que se levantam aos novos rumos da indústria.

As mesmas circunstâncias sociais em que se firma a proto-industrialização, nomeadamente a existência de uma densa malha de pequenas explorações agrícolas em certas regiões do País, tornam difícil a mobilização de mão-de-obra pelas fábricas. Aos desenraizados apresentavam-se, por outro lado, pelo menos em fases decisivas do ciclo da sua vida activa, alternativas mais sedutoras do que o emprego industrial: a emigração para o Brasil, ainda modesta, e o serviço doméstico achavam-se seguramente entre elas. Para mais, afirmava-se uma cultura popular, uma mentalidade não aquisitiva de raiz camponesa, que valorizava positivamente o ócio e não enjeitava o recurso à mendicância e à assistência de hospitais e conventos. O trabalho nas fábricas, que, com a nova disciplina que impunham, chegavam a ser assimiladas a prisões, não atraía os camponeses. Aliás, as reclamações coevas chamam a atenção para a maior eficácia destes valores nas regiões onde a maioria da população andava desligada da propriedade da terra, mormente no Alentejo⁷⁶.

Além desta espontânea oposição ao mundo fabril, que alimenta uma indisciplina latente e está por detrás das deserções de aprendizes e operários, que se conservam apesar das severas punições previstas na lei⁷⁷, os empresários defrontam a resistência organizada dos velhos corpos de ofício. Pode mesmo afirmar-se que o principal conflito que atravessa o meio

⁷⁵Vejam-se os casos de José Ferreira Pinto Basto, de Francisco António Ferreira, dos barões de Sobral e de Quintela, de Custódio José da Costa Braga, de Jácome Ratton ou de Lecussan Verdier.

⁷⁶Informações do corregedor do Crato, AHMOP, JC 12, 1802; informações do juiz de fora de Torrão, AHMOP, JC 12, 1815.

⁷⁷Alvará de 20 de Setembro de 1790.

industrial é o combate pelo acesso à produção. Desde finais do século XVII, e com maior insistência a partir da reconstituição da Junta do Comércio, em meados de Setecentos, foram instaladas numerosas manufacturas privilegiadas à margem das corporações. Mas longe vinha ainda o tempo em que a livre iniciativa seria consagrada. Era necessária uma autorização administrativa para o estabelecimento das fábricas e os projectos submetidos a apreciação eram julgados casuisticamente, segundo os seus méritos próprios. As provisões podiam ser negadas ou atribuídas, o que em qualquer caso permitia contornar o longo percurso do aprendizado e a obrigatoriedade das provas de mestre.

As corporações não desarmam e vão desencadeando algumas ofensivas, sobretudo depois da crise, quanto toda a concorrência é insuportável, culminando na contestação frontal das prerrogativas da Junta do Comércio, em particular da sua possibilidade de licenciar as unidades industriais⁷⁸. Nestes recontros, o Governo sustentou sempre a posição da Junta, mas, assim mesmo, a guerra que as agremiações dos ofícios moveram a algumas fábricas e as denúncias que faziam de supostas actividades ilícitas⁷⁹ terão sido bastantes para desencorajar os empresários menos perseverantes.

Em face deste conjunto de circunstâncias, a prudência de que muitos dos capitalistas nacionais davam provas torna-se mais compreensível e menos aceitável a imagem pouco lisonjeira que, é já um lugar-comum, lhes tem sido atribuída. Do seu ponto de vista, a contenção nas iniciativas era um comportamento perfeitamente racional, muito mais ajustado à realidade do País e à mais proveitosa gestão dos seus negócios. Só admitiam lançar-se no investimento industrial com garantias prévias — mercados reservados ou monopólios —, tendo desenvolvido mesmo um excessivo apego aos privilégios e exclusivos, que gerou ocasionalmente acesas disputas, como no caso da introdução da máquina de vapor, e prejudicou a generalização das inovações.

O acanhamento dos industriais portugueses vem portanto inscrever-se numa plêiade de obstáculos que radicam nas formas mais permanentes da sociedade portuguesa. A proximidade dos níveis de desenvolvimento económico em relação aos mais adiantados países europeus — tal como as estimativas do produto interno podem avaliá-la — é em grande medida ilusória. Este instrumento estatístico, como sublinha Gershenkron⁸⁰, é incapaz de exprimir, sobretudo numa era de grandes transformações, as diferentes potencialidades para o desenvolvimento conferidas pela diversidade das estruturas e dos recursos materiais e humanos.

Mais do que as flutuações da conjuntura, que configuram, no entanto, uma terrível crise na segunda década do século XIX, são as condições estruturais — que tivemos ocasião de recensear, estabelecendo a esfera de acção de cada uma e a tessitura de interconexões em que se inclui — que bloqueiam a industrialização de Portugal, que lhe detêm o passo no acompanhamento dos ventos de mudança que começavam a soprar nas costas do mar do Norte, acelerando o curso da história. Eram fundas as raízes do atraso económico português.

⁷⁸ AHMOP, JC 7, Mç 1, e Miriam Halpern Pereira, «O Estado vintista [...]», pp. 47-48.

⁷⁹ AHMOP, JC 8, Tecidos de lã.

⁸⁰ Alexander Gershenkron, *Economic backwardness in historical perspective*, Cambridge, Mass., e Londres, 1962, p. 9.